



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

PROAD TRT Nº 2658/2026

TIPO:	MENOR PREÇO
OBJETO:	Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário, especializada para execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da coberta.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	10/06/2026 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	10/06/2026 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	10/06/2026 às 09:00 horas
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, através do Pregoeiro designado pela Portaria TRT13 DG nº 013/2024, de 17 de janeiro de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO de nº 90007/2026 (PROAD TRT nº 2658/2026), ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, regido pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, bem como a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.538/2015 e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

O recebimento e a abertura das propostas, e o início da sessão de disputa de preços se dará da seguinte forma:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:	10/06/2026 às 09:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	10/06/2026 às 09:00 horas
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	10/06/2026 às 09:00 horas

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.

1 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário, especializada para execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da cobertura, conforme especificações técnicas, quantidades e demais condições constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

2 – DOS ANEXOS

2.1. - Integram este Edital:

a) **Anexo I** – Termo de Referência;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

- b) **Anexo II** - “Modelo de declaração referente à capacitação técnico-profissional”;
- c) **Anexo III** - “Modelo de termo de vistoria / declaração de conhecimento das condições locais do objeto da licitação”;
- d) **Anexo IV** - “Modelo da declaração em conformidade com a Resolução CNJ nº 229/2016 de 22/06/2016”;
- e) **Anexo V** – “Modelo de declaração em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Instituído pela Resolução CSJT nº 310/2021)”;
- f) **Anexo VI** - “Modelo de declaração em conformidade com o disposto no art. 93 da lei nº 8.213/1991 c/c recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022”;
- g) **Anexo VII** – “Minuta do Contrato”.

3 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases;
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região, mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos para o sistema **Comprasnet (Compras.gov.br)**, constante da página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>;
- 3.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital da licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por e-mail (nl@trt13.jus.br), até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;
- 3.4. O licitante deverá observar, rigorosamente, os prazos limites (data e horário) para o recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, informados neste Edital.

4 - DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas e especializadas com o objeto da licitação que estejam previamente credenciadas perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, provedor do sistema Comprasnet (Compras.gov.br).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

4.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, no ato de envio de suas propostas devem declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14/12/06, c/c o § 2º do art. 13 do Decreto 8.538, de 06/10/15, para fazerem jus ao tratamento favorecido, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º, e art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não poderão participar desta licitação:

4.3.1. aqueles que estiverem em processo de falência, ou ainda empresas estrangeiras que não funcionem no país;

4.3.2. aqueles que estiverem em regime de subcontratação;

4.3.3. aqueles que por qualquer motivo tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.3.4. aqueles que foram penalizados com a suspensão do direito de licitar com a Administração;

4.3.5. aqueles que foram penalizados com o impedimento de licitar e contratar com a União;

4.3.6. aqueles que estejam proibidos de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

4.3.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.3.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.3.9. aqueles que estiverem reunidos sob a forma de cooperativa;

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. que tenham em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da Resolução CNJ n° 229/2016 de 22/06/2016.

4.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como identificar o tipo de segmento da empresa no momento do cadastramento da proposta.

4.5. O pregoeiro realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o CNEP, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento deverá ser feito junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, observando-se os prazos estabelecidos por aquela para a obtenção da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) para acesso ao sistema Comprasnet (Compras.gov.br) (www.gov.br/compras/pt-br);

5.2. Para acesso ao sistema, as pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), sendo os instrumentos necessários para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico;

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT-13^a Região ou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.4. O credenciamento da licitante/prestadora de serviço e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6 - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES

6.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

6.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 - DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Até a data e hora previstas no sistema e informado no Edital para a abertura da sessão pública, os licitantes deverão encaminhar, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, exclusivamente por meio do sistema, sua proposta comercial.

7.2. No dia e hora previstos no sistema e informado no Edital, terá início a sessão pública deste Pregão Eletrônico;

7.2.1. O modo de disputa utilizado será o “**MODO DE DISPUTA ABERTO**”, nos termos do art. 22, I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor;

7.3.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, **observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 200,00 (duzentos reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme disposto no art. 22, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.4. A etapa de lances terá o tempo inicial de **10 (dez) minutos**, e após o encerramento do tempo inicialmente estabelecido, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

7.4.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata este item, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

7.4.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

divulgará os lances conforme disposto no §2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

7.4.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

7.4.4. Após o reinício previsto no item 7.4.3., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

7.4.5. Encerrada a etapa de que trata o item 7.4.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.5. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;

7.6. Observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, serão aceitos lances intermediários, que são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

7.8. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.8.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.8.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.8.3. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.9 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.9.1. empresas brasileiras;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.9.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.9.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital;

7.11.1. Deverão ser enviadas no sistema eletrônico, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, a Proposta Comercial, as planilhas e demais documentos complementares (item 8.2.4, alíneas “g” a “k”, do Edital) adequados ao último lance.

7.12. Todos os atos, valores e documentos encaminhados estarão devidamente registrados no sistema eletrônico;

7.13. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.13.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME no 73/2022, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28 da Instrução Normativa SEGES/ME no 73/2022;

7.13.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

7.13.4. Observado o prazo de que trata o item 7.11.1, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

7.14. É facultado ao Pregoeiro, no julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e/ou dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá eficácia para fins de classificação e/ou de habilitação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

7.14.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, **a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

7.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital;

7.16. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preços deverá ser ofertada no sistema eletrônico para o item, em seu **Valor Unitário**, sendo obrigatório o preenchimento dos campos disponibilizados.

8.2. A Proposta a que se refere o subitem **8.1.**, deverá ser:

8.2.1. Em papel timbrado ou personalizado da empresa;

8.2.2. Datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos;

8.2.3. Estar datada e assinada por pessoa **juridicamente habilitada** para tal mister;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

8.2.4. Conter as seguintes informações:

- a) Razão Social;
- b) Número do CNPJ/MF;
- c) Endereço e Telefone;
- d) Nome do Banco, Número da Agência e Número da Conta-Corrente;
- e) **Preço Global** do item, em moeda corrente nacional, devendo estes refletirem os de mercado no momento e compreender todos os insumos tais como: impostos, taxas, frete, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam e venham a incidir na execução do contrato, que serão de responsabilidade da contratada.
 - e.1) A proposta deverá conter a descrição detalhada das marcas, modelos e referências que bem identifiquem os produtos que serão utilizados na execução dos serviços. A omissão da marca dos produtos a serem utilizados na prestação dos serviços não implicará na desclassificação da licitante, cabendo, neste caso, à fiscalização determinar a marca que será empregada pela empresa contratada. Todos os materiais deverão ser normatizados e/ou certificados pelo INMETRO;
 - e.2) Em conformidade com o estabelecido no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**, a contratação deverá atender, no que couber, as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, de 10 de setembro de 2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o constante no item 10.1.28 do Termo de Referência.
 - e.3) Não serão aceitos preços unitários ou global superiores aos estimados pelo TRT, em conformidade com o disposto no item 8.4.2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.
- f) As propostas deverão conter as seguintes informações, **cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos** indicados abaixo:
 - f.1) Prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação.
 - f.2) Prazo para o início dos serviços, não podendo ser superior a **10 (dez) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

emitida pela Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA).

f.3) Prazo para a conclusão dos serviços, não podendo ser superior a 4 **(quatro) meses**, após início efetivo dos serviços;

f.4) Prazo de garantia dos serviços e dos materiais, não inferior a **12 (doze) meses**.

g) As propostas deverão conter planilha estimativa de custos, conforme modelo constante no anexo I do Termo de Referência:

g.1) deverá contemplar todos os materiais, peças, componentes, equipamentos e mão de obra, encargos sociais, despesas indiretas, impostos, seguros, taxas, emolumentos, fretes, contribuições, deslocamentos, custos e taxas administrativas, lucro, ou seja, todas as despesas necessárias à plena execução do objeto do Termo de Referência;

h) As propostas deverão conter planilha de composições unitárias de custos dos serviços de todos os itens e subitens da planilha estimativa de custos, conforme modelo constante no anexo IV do Termo de Referência:

h.1) Para o caso de itens repetidos, basta apenas uma composição

i) As propostas deverão conter Cronograma Físico-Financeiro, conforme modelo constante no anexo III do Termo de Referência, compatível com o prazo para a execução dos serviços estabelecido por este Regional;

j) As propostas deverão conter planilha de composição analítica do BDI, conforme modelo constante no anexo V do Termo de Referência:

j.1) A taxa de Bônus e Despesas Indiretas – BDI – aplicada sobre o custo direto total da obra/serviço, deverá contemplar somente as seguintes despesas:

j.1.1) Taxa de rateio da Administração Central;

j.1.2) Taxa de despesas indiretas;

j.1.3) Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

j.1.4) Taxa de tributos (COFINS, PIS, CTRB e ISS);

j.1.5) Margem de lucro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

j.2) Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, encargos sociais, se houver, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto dos serviços, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha estimativa de custos;

j.3) Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 9º, II, do Decreto 7.983, de 2013;

j.4) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

k) As propostas deverão conter planilha de encargos sociais, conforme modelo constante no anexo VI do Termo de Referência:

k.1.) Os encargos sociais do GRUPO A, tem seus percentuais definidos em Lei;

k.2.) Os encargos sociais dos GRUPOS B e C, têm seus percentuais definidos em função de dados estatísticos e variam de empresa para empresa, de tal sorte que caberá a cada licitante definir seus percentuais;

k.3.) À licitante vencedora do certame caberá aplicar, durante a execução do contrato, os encargos sociais que utilizar na formulação da proposta, sob pena de sofrer repactuação do contrato, em caso de recolhimento a menor.

l) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema;

m) Declaração de conformidade da proposta com as exigências do edital de licitação e que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 18, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, devendo ser assinalada em campo próprio no sistema.

8.3. A licitante que não encaminhar a proposta comercial, bem como a documentação de habilitação (disposta no **item 11**), nas condições estabelecidas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

neste Edital, **será considerada desclassificada e estará sujeita às penalidades da lei.**

8.3.1. Para este caso, considerar-se-á o item **7.13**.

8.4. É facultado ao **Pregoeiro**:

8.4.1. solicitar catálogos/*folders* dos serviços/produtos ofertados pela empresa detentora do menor preço;

a) quando solicitados, os catálogos/*folders* deverão apresentar os detalhamentos técnicos dos serviços/produtos objeto deste Certame Licitatório, bem como conter todos os componentes da especificação técnica exigida;

b) Os catálogos/*folders* porventura apresentados deverão ser retiradas pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do presente processo licitatório. Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TRT o direito de utilizá-los, doá-los ou simplesmente descartá-los.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 - Esta licitação é do tipo menor preço, em estrita observância ao disposto no art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021;

9.2 – Será verificada a conformidade das propostas, sendo desclassificadas aquelas que não atendam as exigências e condições deste edital;

9.2.1. - na forma estabelecida na Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 e na Orientação Normativa SLTI / MPOG nº 4 de 30/09/2014:

9.2.1.a - as planilhas de custos e demais documentos complementares apresentados poderão ser ajustados pelo licitante ofertante do menor preço, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração da proposta, devendo serem observados os critérios estabelecidos no item 9.3;

9.2.1.b - erros no preenchimento das planilhas de custos e demais documentos complementares apresentados não se constituem motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando os mesmos puderem ser ajustados sem a necessidade de majoração dos preços ofertados, e, desde que se comprove que estes são suficientes para arcar com todos os custos da contratação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

9.2.1.c - o prazo para a apresentação das planilhas de custos e demais documentos complementares devidamente ajustados será de **24 (vinte e quatro) horas**, prorrogável por igual período, contadas a partir da comunicação do Pregoeiro, que será feita pelo *chat* do sistema Comprasnet ou por e-mail, dentre outras permitidas por lei.

9.3. – Não serão aceitas, e conseqüentemente consideradas desclassificadas:

9.3.1. - Propostas que contiverem vícios insanáveis;

9.3.2. - Propostas que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.3.3. - Propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.3.4. - Propostas que não tiverem a exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

9.3.5. - Propostas que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

9.3.6. - Propostas de empresas que constarem no Cadastro do CNJ (CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ou no cadastro do TCU (Inidôneos - Licitantes Inidôneos).

10- DA ACEITAÇÃO TÁCITA

10.1 – A apresentação da Proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

10.2 – Observado o disposto no art. 18, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, uma vez apresentada a Proposta, não serão admitidos desistência da mesma.

10.3 – Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **menor preço global**;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

10.3.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta mais vantajosa para este Tribunal ou lance de menor preço.

11 - DA HABILITAÇÃO

11.1 – Será exigida a seguinte documentação para a habilitação da empresa licitante, sob pena de inabilitação:

11.1.1. Habilitação jurídica:

11.1.1.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.1.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.1.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

11.1.2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.1.2.4. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.1.2.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.1.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

11.1.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor emitida, no máximo, 12 (doze) meses antes da data determinada para entrega da documentação;

11.1.3.2. balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.3.2.1. Os documentos supracitados deverão ser assinados por profissional habilitado da área contábil e autenticados/registrados na forma da legislação.

11.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.3.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.1.3.3.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão possuir patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.1.4. Qualificação Técnica:

a) Prova de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho de Classe;

b) Declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Civil ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Técnico em Edificações ou Técnico em Construção Civil ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório:

b.1. Comprovará a capacitação do profissional (graduado em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

Engenharia Civil ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Técnico em Edificações ou Técnico em Construção Civil ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo CFT), por meio do diploma emitido por Instituição de Ensino Médio/Superior, Pública ou Privada, reconhecida pelo MEC, podendo esta documentação ser substituída por documento de identificação Profissional reconhecido pelo CREA, CFT, ou qualquer outro Conselho de Classe, que comprove o exercício regular da Profissão;

b.2. A Comprovação de vínculo do Profissional com a empresa, se dará através dos seguintes documentos:

b.2.a. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o nº de registro, ou Qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário, ou Ficha de Registro de Empregado, ou livro de empregado, ou Contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum (conforme previsto no acórdão 80/2010 – Plenário do TCU), ou Cópia do Contrato Social ou sua alteração, para o caso de sócio;

b.2.b. Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Física do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, emitida em nome do Profissional descrito(s) neste item;

b.3) A Comprovação do desempenho de serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório, por parte do(s) Profissional(is) se dará através dos seguintes documentos:

b.3.1. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, em nome do Profissional descrito no subitem “b”, constando execução de serviço de características similares ou superiores às do objeto deste Certame Licitatório;

b.3.1.a. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) descrita(s) nesse item, poderá(ão) ser substituída por Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, desde que esta(s) esteja(am) vinculada(s) a uma CAT, e devidamente registrada(s) e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

chancelada(s) pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe;

b.4) Será considerado para este item serviço de características similares, aquele que englobe, no mínimo, a execução, aplicação e/ou instalação (para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas) de quatro itens dentro os seis apresentados a seguir:

- i. instalação de tubo de PVC rígido soldável, DN= 25 mm ou diâmetro superior;
- ii. fixação de tubos horizontais ou verticais (água/PVC, esgoto/PVC, pluvial/CPVC/PPR/cobre ou aço), diâmetros menores ou iguais a 100 mm;
- iii. execução de parede com placas de gesso acartonado (Drywall);
- iv. instalação de manta de lã de vidro ou tecnologia similar para isolamento acústico;
- v. pintura látex PVA;
- vi. impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica.

c) Atestado de capacidade Técnico – Operacional: Comprovação por parte da empresa licitante de ter executado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório. Esta comprovação se dará obrigatoriamente através dos documentos abaixo descritos:

c.1. Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitido por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, referente a serviço realizado em qualquer época ou local pela empresa licitante, comprovando a execução de serviço de características similares e sem irregularidades;

c.1.a. Os documentos exigidos no item c.1., para serem aceitos, deverão conter as seguintes informações:

- I) que seja firmado pelo representante legal do contratante;
- II) sua data de emissão;
- III) mencionar o documento de responsabilidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

técnica expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT/CAT/TRT).

c.2. Será considerado serviço de características similares, aquele que englobe (em edifício administrativo, comercial ou industrial, público ou privado), pelo menos, a execução, aplicação e/ou instalação de, no mínimo, quatro itens dentro os seis apresentados a seguir:

- i. instalação de tubo de PVC rígido soldável, DN= 25 mm ou diâmetro superior ≥ 150 m;
- ii. fixação de tubos horizontais ou verticais (água/PVC, esgoto/PVC, pluvial/CPVC/PPR/cobre ou aço), diâmetros menores ou iguais a 100 mm ≥ 200 m;
- iii. execução de parede com placas de gesso acartonado (Drywall) ≥ 200 m²;
- iv. instalação de manta de lã de vidro ou tecnologia similar para isolamento acústico ≥ 150 m²;
- v. pintura látex PVA ≥ 300 m²;
- vi. impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica ≥ 100 m²;

c.3. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, em conjunto, comprovem a execução de serviços pela empresa, contemplando todas as características qualitativas exigidas acima, mesmo que em serviços distintos.

11.1.5. Da Vistoria ou Declaração de Conhecimento das Condições do Objeto desta Licitação:

11.1.5.1. O representante legal da empresa deverá vistoriar previamente todas as instalações físicas e locais objeto desta Licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do **Termo de Vistoria**;

11.1.5.2. O Termo de Vistoria será fornecido em papel timbrado do próprio TRT, pelo servidor designado em cada local;

11.1.5.3. A vistoria será realizada até 24h anteriores à data da realização da licitação, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda à sexta-feira, em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

dias úteis, e deverá ser agendada/marcada com o Chefe da Divisão Administrativa do Fórum ou servidor por esse designado, por meio do telefone nº (83) 3533-6317.

Local da Vistoria/Endereço
Fórum Maximiano Figueiredo Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045.

11.1.5.4. O Termo de Vistoria poderá ser substituído por Declaração de Conhecimento da Condição do objeto desta Licitação, firmada pelo representante legal da empresa, em papel timbrado da empresa licitante, em que o mesmo declara que para os fins que se façam necessários, está ciente da condição do objeto desta Licitação, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

11.1.5.5. Após a emissão do Termo de Vistoria (item **11.1.5.1.**) ou uma vez apresentada a Declaração de Conhecimento do objeto desta Licitação (item **11.1.5.4.**), não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

11.1.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, nos termos do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

11.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema eletrônico, **no prazo de 3 (três) horas** contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.4. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

11.4.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – A documentação exigida no item **11.1**, bem como a que será apresentada conforme estabelecido no subitem **14** deverá obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

11.5.1.- Estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à(ao):

b.1) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais;

b.2) Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

b.3) Documentos que, pela própria natureza, são emitidos em nome da matriz.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

11.5.2. - Estar no período de validade estabelecido pelo órgão expedidor, na data da execução do Certame Licitatório;

11.6 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou documentação devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação.

12 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

12.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital da licitação por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido exclusivamente por e-mail (nl@trt13.jus.br);

12.1.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos artefatos da contratação.

12.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12.3 - O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12.4 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **30 (trinta) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.6 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.7 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

12.8 - O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente em campo próprio do sistema.

12.9 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.11 - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Secretaria de Conformidade da Despesa - SCD para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

13.2 - A homologação será feita pela Secretaria de Conformidade da Despesa - SCD deste Tribunal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

14 – DA NOTA DE EMPENHO E DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 - Homologado o julgamento e emitida a Nota de Empenho, o licitante vencedor será convocado formalmente:

14.1.1. para, caso necessário, atualizar as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- c) Certificado de regularidade do FGTS (CRF);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida pelo Tribunal superior do Trabalho.

14.1.2. – para comprovar a inexistência de registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);

14.1.3 – para apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da Resolução CNJ n° 229/2016 de 22/06/2016, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.4 – para a Comprovação, nos termos estabelecidos pelo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021), de:

14.1.4.a.- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n° 4 de 11 de maio de 2016;

14.1.4.b.- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto n° 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT n°s 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei n° 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei n° 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto n° 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

14.1.4.c. - A comprovação prevista neste item poderá ser suprida por uma Declaração firmada pelo representante legal da empresa de que a mesma não possui a inscrição referente ao subitem 14.1.4.a. e que não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

foi condenada (nem seus dirigentes) por infringir a legislação apontada no subitem 14.1.4.b, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.5. para apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que a empresa promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania, podendo ser utilizado o **modelo constante em ANEXO**.

14.1.6. Para a comprovação do declarado no item **11.1.4., alínea “b”**;

14.1.7. para o recebimento da referida Nota de Empenho;

14.1.8. para a assinatura do Contrato.

14.2. - O licitante declarado vencedor terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério deste Tribunal, para atender à convocação de que trata o item **14.1**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 – Se o licitante vencedor não comprovar o estabelecido **no item 14.1.1**, ou não comprovar a inexistência de registro no CADIN, ou não apresentar a declaração exigida **no item 14.1.3** ou não comprovar o estabelecido **no item 14.1.4.**, ou não apresentar a declaração exigida **no item 14.1.5**, ou não comprovar o declarado **no item 11.1.4., “b”**, ou recusar-se a receber a Nota de Empenho, ou recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, sendo convocado outro licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

15.1. Os serviços serão prestados na forma e prazos previstos no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

15.2. A convocação do Proponente pelo CONTRATANTE será formalizada e conterà o prazo de 05 (cinco) dias úteis (prorrogável uma única vez, a critério do TRT CONTRATANTE).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

15.3. O Proponente convocado que se recusar a entregar o objeto licitado, ou não cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, injustificadamente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, estando sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

15.4. Será de Responsabilidade do Proponente arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, sem qualquer ônus para o TRT13.

15.5. Conforme disposto no art. 140 da lei nº 14.133/2021, os serviços serão recebidos em consonância com o disposto no **Termo de Referência – Anexo I do Edital e na Minuta Contratual (Anexo VII deste Edital)**.

15.6. Não serão recebidos serviços que não atendam às especificações e condições constantes no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

15.7. O objeto deste Certame Licitatório deverá ser entregue em consonância com as especificações descritas na proposta declarada vencedora, no **Termo de Referência - Anexo I do Edital**, e ainda de acordo com o estabelecido no Contrato.

16 – DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento ocorrerá em conformidade com o estabelecido na Minuta do Contrato (**Anexo VII do Edital**).

16.2. - A despesa total estimada por este TRT para o objeto deste Edital é de **R\$ 342.453,91 (trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos)**.

16.3. - Os recursos para fazer face às despesas com a aquisição do objeto da licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária deste Regional para o exercício de 2026, no Programa de Trabalho 251090, Elemento de Despesa 339039, como bem se depreende das informações apresentadas pela SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças constantes dos docs. 33/34 do Proad TRT nº 2658/2026.

17 – DO REAJUSTAMENTO E DO ADITAMENTO/SUPRESSÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O reajustamento ocorrerá em conformidade com o estabelecido na Minuta do Contrato (**Anexo VII deste Edital**).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO

17.2. Os quantitativos contratados do objeto deste certame poderão ser aditados/suprimidos, a critério do CONTRATANTE, na forma prevista na legislação vigente.

17.3. O(s) Contrato(s) oriundo(s) da presente licitação poderá(ão) ser rescindido(s) nos termos do art. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

18 - DAS PENALIDADES

18.1 Sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência e no Contrato, comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. fraudar a licitação;
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 18.2.1. advertência;
- 18.2.2. multa;
- 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

imediate perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. Prioritariamente, nos casos de eventual infração cometida na execução do contrato pela CONTRATADA: (i) proceder-se-á desconto dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à empresa contratada e, caso sejam estes inferiores ao valor da multa devida, (ii) proceder-se-á tal desconto, da garantia inicialmente ofertada pela empresa contratada.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

19 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - As obrigações do Contratante estão dispostas na Minuta do Contrato (**Anexo VII deste Edital**).

20 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 - As obrigações da Contratada estão dispostas na Minuta do Contrato (**Anexo VII deste Edital**).

20.2 – Além das obrigações dispostas na Minuta do Contrato (**Anexo VII deste Edital**), a CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, conforme previsto no **subitem 10.1.30 do Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento;

21.1.1. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado;

21.2 - O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

21.3 - A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

21.3.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

21.3.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

21.3.3. Na hipótese da ilegalidade de que trata o *caput* ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.4 - A participação nesta licitação implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

21.5 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;

21.6 - Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

21.6.1. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, nos termos do art. 39, §6º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

21.7 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento;

21.8 – Os catálogos/*folders*, porventura apresentados, deverão ser retirados pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do presente processo licitatório. Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TRT o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

21.9 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação deste instrumento convocatório;

21.10 - Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

21.11 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, deverá ser observado o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021 e o contido no calendário oficial do TRT13, disponível através do seguinte link: https://www.trt13.jus.br/acesso-a-informacao/arquivos/calendario-2026__.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

21.12 - Os autos do respectivo processo administrativo que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

21.13 - Em conformidade com o disposto no **ATO TRT GP nº 096/2009**, todas as peças deste protocolo estão digitalizadas e vinculadas à tramitação do protocolo (**PROAD TRT nº 2658/2026**), cujo teor encontra-se no site de consulta processual deste Tribunal Regional do Trabalho da 13.^a Região, www.trt13.jus.br (Portal de Serviços).

21.14 - Cópia do edital estará disponível nos sítios eletrônicos <https://www.trt13.jus.br/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao-1/licitacoes-1> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo e-mail nl@trt13.jus.br e telefones: (83) 3533-6138 ou (83) 3533-6137, obedecido o horário de funcionamento deste Tribunal: das segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00h às 17:00h.

21.15. Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB, para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento e da contratação oriunda desta licitação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa/PB, 20 de maio de 2026

Ronaldo Vieira de Aragão
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROAD TRT Nº 2.658/2026

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da cobertura

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Este termo de referência (TR) fixa as condições básicas para a contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da cobertura, cujas especificações técnicas, quantidades e demais condições se encontram detalhados no presente documento, nos termos exigidos no Art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

São os seguintes os anexos pertencentes a este Termo de Referência.

Anexo I – Planilha Estimativa de Custos;

Anexo II – Caderno de especificações;

Anexo III – Cronograma físico/financeiro;

Anexo IV – Composições unitárias de custos dos serviços;

Anexo V – Composição do BDI;

Anexo VI – Caderno de encargos sociais.

Para efeito do presente TR, os termos Tribunal ou TRT ou TRT13 significam Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, órgão que contratará os serviços objeto da presente licitação, o termo CONTRATADA define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto da licitação, e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o Tribunal perante a CONTRATADA e a quem este último deverá se reportar.

1.1. Prazos do contrato

Serão adotados os seguintes prazos no Contrato a ser firmado:

1.1.1. Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias;

1.1.2. Prazo para o início dos serviços, não podendo ser superior a 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Coordenação de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza (CAEMA);

1.1.3. Prazo de conclusão dos serviços: 4 (quatro) meses;

1.1.4. Prazo de vigência: 6 (seis) meses;

1.1.5. Prazo de pagamento: até o 10º (décimo) dia útil após a entrada da Nota Fiscal, sua conferência e o devido “atesto” fornecido pelo Gestor do Contrato;

1.1.6. Prazo de garantia dos serviços não inferior a 12 (doze) meses;

1.1.7. Prazo de garantia dos materiais e equipamentos não inferior a 12 (doze) meses.

Ressalte-se que, desde que presentes motivos supervenientes, devidamente justificados e aceitos pela Administração, o prazo de conclusão poderá ser prorrogado.

1.2. Local de execução do contrato

Os serviços serão executados no Fórum Maximiano Figueiredo, localizado na Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de revisão da impermeabilização da cobertura do Fórum Maximiano Figueiredo está inserida em um contexto de manutenção predial contínua de uma estrutura de grande porte, inaugurada em 2018.

A premência pela revisão da impermeabilização do Fórum Maximiano Figueiredo (em João Pessoa/PB) se justifica em virtude de que sejam seguidas as normas técnicas brasileiras para garantir a estanqueidade e a durabilidade da edificação, especialmente em uma região de clima tropical e alta salinidade.

Como referências podemos citar as:

- NBR 9575: Impermeabilização – Seleção e projeto. Define os tipos de impermeabilização e como o projeto deve ser elaborado;
- NBR 9574: Execução de impermeabilização. Estabelece como os serviços devem ser realizados no canteiro, e
- NBR 15575: Desempenho de edificações. Trata da vida útil e dos critérios de estanqueidade.

A instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC-JT 1º Grau, CREF e DPP no Fórum Maximiano Figueiredo é uma demanda técnica fundamentada na natureza das atividades ali realizadas: a mediação e conciliação, que exigem sigilo absoluto e um ambiente de conforto

acústico para o diálogo.

A utilização da cobertura do Fórum Maximiano Figueiredo para a instalação de um sistema de captação de água de chuva é uma iniciativa que se alinha perfeitamente ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT13. Por ser uma edificação moderna com uma ampla área de cobertura, o potencial de aproveitamento é elevado.

2.1. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Plano Anual de Aquisições e Contratações – PAAC

2.1.1. A pretendida contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico 2021-2026, no item 0000184-36.2021.5.13.0000 e busca atender aos seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 08 – Trabalho decente e crescimento econômico;
- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e produção responsáveis.

2.1.2. No que tange ao Plano de Contratação Anual, este serviço está previsto no PCA 2026: 4.832/2025, especificamente, no item de código 1842.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se de serviço comum de engenharia e objetiva a execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da cobertura. Contempla:

- Serviços diversos de remoção e retirada de alvenaria, divisórias, instalações elétricas e de rede etc.;
- Execução de elementos acima mencionados em nova configuração;
- Instalação de painéis em gesso acartonado, com isolamento acústico;
- Instalação de tubulações, conexões e filtros para captação e aproveitamento de águas pluviais;
- Instalação de bombas hidráulicas e quadro de comando;
- Tratamento de calhas e paredes com impermeabilização acrílica;
- Demais serviços complementares.

O Quadro 1 ilustra o ciclo de vida do objeto, as responsabilidades, o estado atual e o prazo estimado.

Quadro 1 – Ciclo de vida do produto

ETAPA	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE	ESTADO ATUAL	PRAZO ESTIMADO
1. Projeto de engenharia	Detalhamento em projeto executivo da solução, inclusive orçamento	TRT13	Concluído	Não se aplica
2. Orçamentação dos serviços	Estimativa de quantidade e detalhamento dos itens dos serviços, inclusive orçamento	TRT13	Concluído	Não se aplica
3. Contratação mediante procedimento eletrônico	Procedimento licitatório e processo de contratação	TRT13	Em processo	2 meses
4. Execução dos serviços	Execução dos serviços objeto da presente contratação	Licitante a ser contratada	Aguardando a futura contratação	4 meses
5. Garantia técnica	Garantia técnica da Contratada	TRT13	Aguardando prazo de contratação e vigência contratual	12 meses

3.1. Regime de contratação

O regime de contratação dos serviços se dará mediante empreitada por preço unitário.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Do universo de concorrentes

Poderão participar deste procedimento licitatório todas as empresas que atenderem a todas as exigências deste Termo de Referência, sendo preferencial a contratação das empresas que estiverem enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, atualizada pela Lei Complementar n.º 147/2014;

As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte participantes deste procedimento licitatório deverão comprovar seu enquadramento e condições por meio de declaração específica, facultado ao Tribunal, se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 13, §2º, do Decreto nº 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015.

4.2. Qualificação dos licitantes

4.2.1. Da qualificação técnica

Visando à sua habilitação no certame, AS LICITANTES deverão comprovar possuir qualificação técnica compatível com o objeto da licitação em tela. Para tanto, deverá atender tudo quanto solicitado neste tópico, conforme segue.

4.2.1.1. Qualificação técnico - profissional

4.2.1.1.1. Declaração, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, de que a empresa, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Civil ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Técnico em Edificações ou Técnico em Construção Civil ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório;

4.2.1.1.2. Comprovará a capacitação do profissional (graduado em Engenharia Civil ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Técnico em Edificações ou Técnico em Construção Civil ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo CFT), por meio de diploma emitido por Instituição de Ensino Média/Superior, Pública ou Privada, reconhecida pelo MEC, podendo esta documentação ser substituída por documento de identificação Profissional reconhecido pelo CREA, CFT, ou qualquer outro Conselho de Classe, que comprove o exercício regular da Profissão;

4.2.1.1.3. A Comprovação de vínculo do Profissional com a empresa se dará por meio dos seguintes documentos:

4.2.1.1.3.a. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o nº de registro, ou Qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário ou Contrato de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregado, ou livro de empregado devidamente registrado ou autenticado pela Delegacia Regional do Trabalho, ou Contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum (conforme previsto no acórdão 80/2010 – Plenário do TCU), ou Cópia do Contrato Social ou sua alteração, para o caso de sócio;

4.2.1.1.3.b. Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Física do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CFT ou qualquer outro Conselho de Classe, emitida em nome do Profissional e da empresa que contenha no rol dos responsáveis técnicos o nome do(s) profissional(is), descrito(s) neste item;

4.2.1.1.4. A Comprovação do desempenho de serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório, por parte do(s) Profissional(is) se dará através dos seguintes documentos:

4.2.1.1.4.a. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou qualquer outro Conselho de Classe, em nome do(s) Profissional(is) descrito(s) no subitem **4.2.1.1.1**, constando execução de serviço de características similares ou superiores às do objeto deste Certame Licitatório;

4.2.1.1.4.a.1. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) descrita(s) nesse item poderá(ão) ser

substituída(s) por Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, desde que esta(s) esteja(am) vinculada(s) a uma CAT, e devidamente registrada(s) e chancelada(s) pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou qualquer outro Conselho de Classe;

4.2.1.1.5. Será considerado para este item, serviço de características similares, aquele que englobe, no mínimo, a execução, aplicação e/ou instalação, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, de quatro itens dentro os seis apresentados a seguir:

- i. instalação de tubo de PVC rígido soldável, DN= 25 mm ou diâmetro superior;
- ii. fixação de tubos horizontais ou verticais (água/PVC, esgoto/PVC, pluvial/CPVC/PPR/cobre ou aço), diâmetros menores ou iguais a 100 mm;
- iii. execução de parede com placas de gesso acartonado (Drywall);
- iv. instalação de manta de lã de vidro ou tecnologia similar para isolamento acústico;
- v. pintura látex PVA;
- vi. impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica.

4.2.1.2.1. Atestado de capacidade Técnico – Operacional: Comprovação por parte da empresa licitante de ter executado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório. Esta comprovação se dará obrigatoriamente através dos documentos abaixo descritos:

4.2.1.2.1.1. Declaração(ões), Certidão(ões) ou Atestado(s) emitido por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, referente a serviço realizado em qualquer época ou local pela empresa licitante, comprovando a execução de serviço de características similares e sem irregularidades;

4.2.1.2.1.1.a. Os documentos exigidos no item **4.2.1.2.1.1.**, para serem aceitos, deverão conter as seguintes informações:

- i. que seja firmado pelo representante legal do contratante;
- ii. sua data de emissão;
- iii. mencionar o documento de responsabilidade técnica expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia ou qualquer outro Conselho de Classe, em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT/CAT/TRT);

4.2.1.2.2. Será considerado serviço de características similares, aquele que englobe (em edifício administrativo, comercial ou industrial, público ou privado), a execução, aplicação e/ou instalação de, no mínimo, quatro itens dentro os seis apresentados a seguir:

- i. instalação de tubo de PVC rígido soldável, DN= 25 mm ou diâmetro superior ≥ 150 m;
- ii. fixação de tubos horizontais ou verticais (água/PVC, esgoto/PVC, pluvial/CPVC/PPR/cobre ou aço), diâmetros menores ou iguais a 100 mm ≥ 200 m;
- iii. execução de parede com placas de gesso acartonado (Drywall) ≥ 200 m²;
- iv. instalação de manta de lã de vidro ou tecnologia similar para isolamento acústico ≥ 150 m²;

v. pintura látex PVA $\geq 300 \text{ m}^2$;

vi. impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica $\geq 100 \text{ m}^2$;

4.2.1.2.2.1. Será admitida a apresentação de mais de um atestado que, em conjunto, comprovem a execução de serviços pela empresa, contemplando todas as características qualitativas exigidas acima, mesmo que em serviços distintos.

4.3. Da vistoria

4.3.1. As proponentes, através de seus representantes legais, deverão vistoriar previamente as instalações físicas do prédio que será reformado, para o conhecimento do objeto licitado, não se aceitando alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham a compor a proposta de preços a ser apresenta;

4.3.2. A vistoria será realizada até 24h anteriores à data da realização da licitação, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis e deverá ser agendada/marcada com o Chefe da Divisão Administrativa do Fórum ou servidor por esse designado, por meio do telefone nº (83) 3533-6317;

4.3.2.1. O local da vistoria é no Fórum Maximiano Figueiredo, Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045.

4.3.3. Realizada a Vistoria, será fornecido/emitido o Termo de Vistoria em papel timbrado do próprio TRT, pela responsável ou por outro servidor por ele designado;

4.3.4. O Termo de Vistoria deverá compor a proposta comercial da licitante;

4.3.5. O Termo de Vistoria poderá ser substituído por Declaração de Conhecimento da Condição das instalações físicas/ locais objeto da Licitação, firmada pelo representante legal da empresa, em papel timbrado da empresa licitante, declarando, sob as penas da lei, para os fins que se façam necessários, que está ciente da condição de todos os locais (equipamentos e instalações) objeto desta Licitação, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame;

4.3.6. Após a emissão do Termo de Vistoria (item **4.3.1.**) ou uma vez apresentada a Declaração de conhecimento das condições locais (item **4.3.5.**), não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

4.4. Garantia de execução

4.4.1. Com vistas a propiciar maior segurança à Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive indenização a terceiros e liquidação de multas convencionais porventura aplicadas à Contratada por falhas a ela associadas durante a execução dos serviços, a licitante

vencedora deverá apresentar obrigatoriamente GARANTIA:

a) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato e antes do início dos serviços, no montante de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando se tratar das modalidades previstas nos incisos I, III e IV do §1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;

b) no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, no montante de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;

4.4.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias;

4.4.2.1. Aplicam-se os prazos previstos nas alíneas “a” e “b” do item **4.4.1**, quando aplicável a presente garantia;

4.4.3. Em nenhuma hipótese será aceita garantia que vede a possibilidade de que esta responda por eventuais multas que venham a ser aplicadas à Contratada, bem como pelo pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros;

4.4.4. A CONTRATADA se obriga a manter esta garantia durante toda a vigência do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;

4.4.5. Em se tratando de caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida junto à instituição financeira oficial em conta remunerada específica, que somente poderá ser movimentada por ordem expressa do CONTRATANTE. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá protocolizá-la junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, localizado na cidade de João Pessoa – PB;

4.4.6. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, condicionado à perfeita execução das obras e mediante assinatura do referido Termo;

4.4.7. Caso o recebimento definitivo se prolongue além do prazo estabelecido neste Termo de Referência, por ação ou omissão da Contratada, essa garantia deverá também ser reforçada;

4.4.8. A garantia terá o seu valor atualizado nas mesmas condições do Contrato a ser firmado, ficando a CONTRATADA obrigada a complementar a diferença que decorrer dessa atualização ou da sua utilização em pagamento de qualquer obrigação, até o limite mencionado no item **4.4.1**, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data em que for notificada pelo CONTRATANTE;

4.4.8. Caso ocorra aditivo contratual que incida aumento do valor contratado, sobre tal acréscimo deverá ser reforçada.

4.5. Da forma de apresentação das propostas

As propostas deverão conter, sob pena de desclassificação:

4.5.1. O CNPJ e a Razão Social do proponente;

4.5.2. Planilha de custos, contendo preços unitários e total, incluindo todos os impostos, taxas, frete, deslocamentos e demais encargos (O modelo da planilha de custos é a apresentada no Anexo I);

4.5.3. Marcas, modelos e referências que bem identifiquem todos os produtos que serão utilizados na execução dos serviços cotados;

4.5.3.1. A omissão da marca ou modelos dos produtos a serem utilizados na prestação dos serviços não implicará na desclassificação da licitante, cabendo, neste caso, à Fiscalização determinar a marca que será empregada pela empresa contratada. Todos os materiais deverão ser normatizados e/ou certificados pelo INMETRO;

4.5.4. Composições unitárias dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária. No caso dos itens repetidos basta apenas uma composição (O modelo das composições está apresentado no Anexo IV);

4.5.5. Composição da taxa de BDI (O modelo do cálculo do BDI está no Anexo V e segue a metodologia proposta pelo Acórdão TCU nº 2.622/2013);

4.5.6. Cronograma físico-financeiro (O modelo se encontra no Anexo III);

4.5.7. Caderno de encargos sociais (O modelo se encontra no Anexo VI);

4.5.8. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos;

4.5.9. Prazo para o início dos serviços, não podendo ser superior a 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Coordenação de Arquitetura, Engenharia e Manutenção (CAEMA). As propostas que não se pronunciarem quanto ao prazo para início dos serviços serão entendidas com um período de 10 (dez) dias corridos;

4.5.10. O prazo de conclusão dos serviços não superior a 4 (quatro) meses, após início efetivo dos serviços. As propostas que não se pronunciarem quanto a este prazo serão entendidas com um período 4 (quatro) meses;

4.5.10.1. O prazo de conclusão não poderá ser prorrogado, salvo motivos supervenientes, devidamente justificados e aceitos pela Administração. Os dias não trabalhados sem justificativas deverão ser repostos pela Contratada, às suas expensas;

4.5.11. Prazo de garantia dos serviços, dos materiais e dos equipamentos não inferiores a 12 (doze) meses. As propostas que não se pronunciarem quanto a estes prazos serão entendidas com um período de 12 (doze) meses;

4.5.12. Termo de vistoria ou Declaração Formal, consoante discriminado no item **4.3** (Vistoria) deste Termo de Referência;

A proponente deverá atender ao disposto na resolução CSJT n.º 70/2010, alterada pelas de n.º 130/2013 e 228/2018, e pelo Ato n.º 22/CSJT.GP.SG, de 11 de março de 2021, no que diz respeito às exigências pertinentes ao procedimento licitatório.

4.6. Observância do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - Resolução do CSJT n.º 310/2021

As proponentes deverão atentar para o atendimento, uma vez contratadas, das orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT n.º 310/2021, atualizada pelo ATO CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71, de 10 de setembro de 2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especificamente, os constantes dos itens 13. AQUISIÇÃO DE BENS e 14. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, 14.6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS, 14.8 gestão DE OBRAS, *in verbis*:

13. AQUISIÇÃO DE BENS

Produtos

Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis, dentre as quais a maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia, a maior vida útil e o menor custo de manutenção do bem. (Grifo nosso)

14. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade. Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:

- Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;
 - Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
 - Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e
 - Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.
- A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
- a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº04/2016; e
 - b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:
 - Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
 - Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
 - No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo).
 - Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
 - No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT).
 - Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

14.6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS

- Nos contratos de manutenção de equipamentos, utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.
- A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006.

14.8. GESTÃO DE RESÍDUOS EM OBRA¹

Para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação, a contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos (CTR) em conformidade com as normas ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

O CTR deverá ser emitido em três vias (gerador, transportador e destinatário) e ter um conteúdo mínimo, a saber:

- Transportador - nome, CPF e/ou razão social e inscrição municipal;
- Gerador / origem - nome, CPF e/ou razão social e CNPJ;
- Endereço da retirada;
- Destinatário - nome, CPF e/ou razão social e CNPJ;
- Endereço do destino;
- Volume (m³) ou quantidade (t) a ser transportada;
- Descrição do material predominante - solo, material asfáltico, madeira, concreto/argamassas/alvenaria, volumosos (incluindo pedras) ou outros (especificar);
- Data;
- Assinatura do transportador;
- Assinatura da área de transbordo e triagem; e
- Assinatura da área de destinação de resíduos.

4.7. Subcontratação dos serviços

É vedada a subcontratação total ou parcial para esta contratação.

4.8. Exigência de garantia da proposta, *vis-à-vis* à contratação

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo Tribunal, equivalente entre este último e o valor da proposta, visando à contratação, conforme o § 5º do Art. 59 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da garantia prevista no item **4.4. Garantia da Execução** e demais garantias exigíveis na Lei 14.133/2021.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

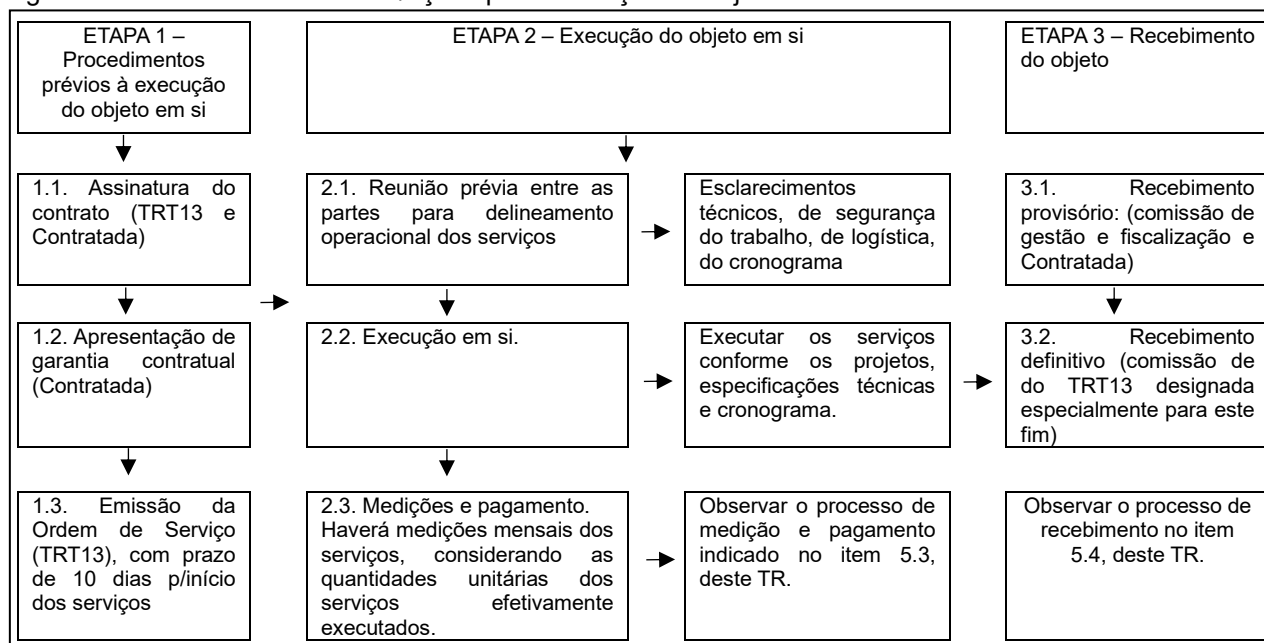
O regime de contratação será o de empreitada por preço unitário, logo os serviços serão mensurados conforme as quantidades unitárias indicadas na planilha apresentada pela Contratada, que teve como referência a Planilha Estimativa de Custos (Anexo I).

¹ Em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

5.1. Dinâmica do contrato

Após a homologação do certame licitatório, a licitante será convocada para proceder a assinatura do contrato, no prazo previsto em edital. Na sequência, serão implementadas as atividades/ações para a consecução do objeto, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Síntese das atividades/ações para execução do objeto



5.2. Do cronograma de execução

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contados a partir do início de serviços, conforme cronograma proposto pelo licitante.

O modelo do Anexo III serve de referência para a proposta do licitante.

5.3. Da forma de pagamento e critérios de medição

Tendo em vista se tratar de contrato sob o regime de execução do tipo empreitada por preços unitários, os serviços serão remunerados, mensalmente, conforme serviços executados, previamente definidos na planilha orçamentária contratual, nos termos do item 7 deste TR.

5.4. Das condições de recebimento do serviço

5.4.1 Em conformidade com o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste Termo de Referência será recebido da seguinte forma:

5.4.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 5 (cinco) dias úteis da

solicitação escrita da Contratada;

5.4.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pelo TRT13, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 10 (dez) dias úteis;

5.4.2. Os serviços executados em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a corrigi-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento da notificação, sob pena de glosa dos custos previstos na proposta e não comprovados, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas no item **12** deste termo;

5.4.3. As notificações relacionadas à execução do Contrato, inclusive relacionadas à apresentação de documentos, suspendem os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

5.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.5. Comunicação entre as partes

A comunicação entre as partes se dará por meio dos e-mails institucionais do TRT13 e da empresa. Desta, o endereço eletrônico será aquele informado por ocasião da contratação. Por meio deste canal, a simples comunicação no corpo do e-mail se constitui como comunicação oficial e, claro, ofícios ou notificações anexas também.

Os formatos de comunicações, sem prejuízo das demais por e-mail, são indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Formatos de comunicação

Documento	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
1. Ordem de serviço	Notificação própria do TRT13, em que a Contratada dá ciência do documento	Número e objeto do contrato, nome da contratada, prazos do início do serviço e de sua conclusão.
2. Ofício	Padrão de correspondência oficial	Com diversas finalidades: notificações sobre qualidade do serviço, incidentes, garantias etc.
3. Medição do serviço	Planilha com indicação dos serviços executados, quantidades acumuladas, saldo a executar	Deve ser subscrita pelas partes.
4. Nota fiscal de serviço	Documento deve conter nº do contrato, objeto, período de medição, além das informações próprias de uma NFSv	Será atestada pela Fiscalização
5. Ata de reunião	Documento em que são lançadas informações por ocasião de reuniões agendadas	Contém participantes, data e hora da reunião, conteúdo e demais informações pertinentes
6. Diário de obra/serviço	Relato diário dos serviços executados, por local, com registro complementar de fotos e medições	Ver modelo do Apêndice I do Anexo II (caderno de especificações)

7. Solicitação da contratada para medição	Documentos expedidos pela contratada, sem modelo específico	Número e objeto do contrato, nome da contratada, período a que se refere, valor, indicar como anexo a planilha de medição.
8. Solicitação da contratada para recebimento provisório	Documentos expedidos pela contratada, sem modelo específico	Número e objeto do contrato, nome da contratada e objeto do pedido.

Poderá ser utilizado, tendo em vista facilitar os encaminhamentos, o emprego de telefone celular e WhatsApp, contudo tais meios não se constituem mecanismos oficiais.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O TRT13 e a contratada firmarão um contrato por meio de um documento conforme minuta a ser elaborada pela Coordenação de Licitações e Contratos.

6.2. O Contrato será gerido por uma Comissão designada pelo TRT13. Esta, normalmente, é composta por um gestor titular, um gestor substituto e fiscais técnicos. À Comissão de Fiscalização e Acompanhamento compete, entre outras atribuições:

6.2.1. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

6.2.2. Ordenar à contratada corrigir, refazer ou reconstituir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

6.2.3. Dar a palavra final sempre que ocorrerem dúvidas quanto à interpretação de especificações de materiais ou serviços;

6.2.4. Notificar por escrito à Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

6.2.5. Comunicar imediatamente à Contratada os casos de emergência (por exemplo, curto-circuito em quadros elétricos), impedindo o uso ou liberação do equipamento até a chegada do pessoal da Contratada;

6.2.6. Responder à Contratada a respeito de pedidos de prorrogações de prazos dos serviços de manutenção corretiva, instalação ou remoção ou instalação de equipamentos;

6.2.7. Receber os serviços entregues de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência/Edital e proposta apresentada, após verificação minuciosa da conformidade dos produtos entregues com tais especificações;

6.2.8. Instruir os elementos necessários (medição, informações, atestos) para o processo de pagamento devido nas condições estabelecidas no contrato;

6.2.9. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais

6.3. As comunicações se darão conforme o item **5.5**.

6.4. Após a formalização do contrato, será agendada uma reunião preliminar para delineamento operacional dos serviços, a fim de sejam dados os esclarecimentos técnicos, de segurança do

trabalho, de logística, do cronograma real dos serviços.

6.5. O acompanhamento dos serviços ocorrerá de forma presencial nos locais de serviço e deverá ser subsidiado e documentado em registros diários dos serviços e das equipes de trabalho por meio de Diário de Obra/Serviço, segundo modelo do Apêndice I do Anexo II (caderno de especificações).

6.6. Deverá ser mantido nos locais de serviço um preposto, como encarregado geral dos serviços, ou em sua ausência, o engenheiro responsável.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Tendo em vista se tratar de contrato sob o regime de execução do tipo empreitada por preços unitários, os serviços serão remunerados, mensalmente, conforme serviços executados, previamente definidos na planilha orçamentária contratual, segundo os seguintes critérios:

- a) O pagamento se dará em moeda corrente (Real);
- b) A periodicidade dos pagamentos será mensal, para serviços da planilha orçamentária, completamente executados;
- c) As medições devem ser acompanhadas da memória de cálculo, completa e contendo todas as informações necessárias à compreensão e identificação por parte da Fiscalização, correspondente às relações dos serviços efetivamente concluídos. A memória de cálculo deverá indicar de forma clara e inequívoca os serviços realizados de modo a permitir a identificação das parcelas executadas distinguindo-as das não executadas, bem como separação por localização dos serviços.

7.2. Os serviços de Administração Local serão remunerados com valor proporcional ao montante financeiro da produção direta, em atendimento ao item 9.3.2.2 do Acórdão nº 2.622/2013 do TCU;

7.3. O pagamento de quaisquer despesas somente poderá ser efetuado aos fornecedores de bens e serviços do TRT13 que estiverem cadastrados e enviarem as notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista no sistema SIGEO, sendo obrigação da Contratada efetuar o cadastro no referido sistema, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato, conforme estabelecido no Subitem **10.1.35**;

7.3.3.1. A contratada deverá enviar, até o quinto dia útil contado da entrega do objeto, notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista, por meio do sistema SIGEO;

7.4. As medições e posterior pagamento seguirão os seguintes procedimentos:

- i. Encaminhamento à Fiscalização, do boletim de medição, acompanhada das memórias de cálculo (em formato de planilha eletrônica – Excel ou equivalente) e demais elementos e documentações necessárias;
- ii. A Fiscalização analisará todo o material apresentado, emitindo parecer conclusivo a respeito da sua adequabilidade das informações contidas, à luz das regras estabelecidas neste TR;
- iii. Em caso de conformidade do material apresentado, a Fiscalização atestará o boletim de medição, asseverando que as quantidades constantes no referido documento foram efetivamente executadas, em conformidade com os documentos técnicos, disponibilizados juntamente com o

instrumento convocatório, e suas atualizações;

iv. De posse da nota fiscal, a Fiscalização atestará a despesa, encaminhando-a à Administração do TRT 13ª Região, para que seja autorizado o pagamento e posterior liquidação da despesa, que será realizada em até 10 dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal.

7.5. Em quaisquer das devoluções por erros detectados nos elementos da medição ou na própria Nota Fiscal, cuja responsabilidade seja da Contratada, o prazo para pagamento será reiniciado, sem ônus para o Contratante. Nenhum pagamento poderá ser realizado sem a devida apresentação da documentação de quitação relativa ao INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL e à CNDT;

7.6. A primeira medição deverá obrigatoriamente ocorrer 30 (trinta) dias após a expedição da Ordem de Serviço;

7.7. Nenhum pagamento efetuado pelo Contratante, a qualquer etapa da obra, isentará a Contratada das suas responsabilidades contratuais, tampouco implicará aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente, respondendo a Contratada por quaisquer imperfeições e incorreções porventura não detectadas à época do ateste das notas ou ainda, pelo efeito retardado destas, surgido a posteriori;

7.8. A última fatura de serviços não poderá trazer valores pecuniários inferiores ao percentual correspondente a 15,0% (quinze por cento) do preço global do Contrato. O pagamento da última fatura fica vinculado ao recebimento definitivo dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo, conforme discriminado neste TR;

7.9. Todas as despesas associadas às regras de medição e pagamento neste TR definidas deverão ser levadas em consideração na elaboração da proposta de preço da licitante, especialmente no que diz respeito à construção do seu BDI. Não cabe, quaisquer alegações futuras, durante a execução do contrato, de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sob a fundamentação de que tais despesas não faziam parte da proposta apresentada;

7.10. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

7.11. Será efetuada por este Tribunal a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

7.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração do Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{\frac{100}{365}} \text{ e } EM = I * N * VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.13. A Contratada que der ensejo ao atraso no envio das informações à Receita Federal pelo Tribunal, em virtude de não cumprir as obrigações relativas ao cadastro e envio de documentos, na forma deste contrato, será responsabilizada por eventuais multas administrativas que vierem a ser aplicadas pela Receita Federal do Brasil;

7.14. O(A) Contratada(o), pessoa física ou jurídica que, residente ou domiciliado no País ou no exterior, realizar operações com bens ou com serviços, inclusive exportações, e importações, deverá emitir documento fiscal eletrônico, para os fins estabelecidos na Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

7.14.1. Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, o(a) fornecedor(a) deverá utilizar o sistema adotado no sistema onde é domiciliado, cabendo, em caso de impossibilidade ou de ausência de inscrição municipal, utilizar o link: <https://www.gov.br/nfse/pt-br>.

8. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, nos termos da alínea “a” do Inciso XXI do Art. 6º da Lei n.º 14.133/2021;

8.2. Para a presente contratação, será efetuada licitação na **modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global**, com fundamento na legislação constante do subitem supra, bem como na Lei n.º 14.133/2021;

8.3. Os licitantes devem observar, na formalização da proposta, o que deverá ser contido, conforme explicita o item **4.5** deste TR.

8.4. Do critério de aceitabilidade de preços

8.4.1. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.4.1.1. De acordo com o § 4º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

8.4.2. Serão desclassificadas as propostas com preços unitários e global superiores aos preços estimados pelo TRT ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

8.4.3. Serão desclassificadas as empresas que, em consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido, nos termos da Lei nº 12.846/2013;

8.4.4. Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis:

8.4.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Termo de Referência;

8.4.4.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 1º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- c) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- f) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- h) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Estudos setoriais;
- j) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- l) Demais verificações que se fizerem necessárias.

9. DA ESTIMATIVA DO PREÇO

O valor total dos serviços a serem contratados foi estimado pelo TRT em **R\$ 342.453,91** (trezentos e quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e um

centavos), conforme planilhas estimativas de custos no Anexo I.

O valor foi calculado baseado nos preços unitários de serviços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – **SINAPI**, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal ou de outros órgãos oficiais, como o ORSE/SE, outros órgãos oficiais, ou, ainda, de preços obtidos no mercado.

Nos preços estão incluídos todos os encargos com mão-de-obra, sendo a taxa de BDI (Bônus e Despesas Indiretas) no percentual de 20%;

Para maiores detalhes do BDI, ver anexo V.

Conforme Art. 15 da Res. 114/2010, do CNJ, e o Art. 27 da Res. 70/2010, do CSJT, o percentual do BDI deverá contemplar tão-somente as seguintes despesas:

- Taxa de Administração Central;
- S – Seguros
- R – Riscos
- G – Garantias;
- DF – Despesas Financeiras
- L – Lucro/Remuneração
- I – Tributos, estes distribuídos conforme tabela abaixo:

TRIBUTO	%	Obs.:
PIS	0,65	
COFINS	3,00	
INSS (CTRB)	2,70	Contribuição previdenciária sobre a receita bruta, com desoneração na folha (consoante a LEI 13.161/2015).
ISS	2,50	ISS da Prefeitura de João Pessoa. A parte do serviço corresponde a aproximadamente 50% do total do valor (a diferença diz respeito a insumos). $2,50\% = 0,50 * 5\%$
TOTAL (I)	8,85	

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A presente seção trata das obrigações das partes, contratada e contratante, sem prejuízo de outras obrigações a que se refere este TR e a Lei 14.133/2021.

10.1. Das obrigações da contratada

10.1.1. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA-PB, CAU-PB (ou outro conselho de classe) assinada pelo responsável técnico da execução, bem como demais taxas originadas face à execução dos serviços;

10.1.2. Executar os serviços estabelecidos pelo TRT, através de equipe e pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e sob sua supervisão direta, obrigando-se a indenizar ao TRT, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização da parte desta, quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios e máquinas, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros durante a execução dos serviços;

10.1.3. Recrutar e contratar mão de obra, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade do TRT, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, a responsabilidade pela coordenação e fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

10.1.4. Executar os serviços dentro da melhor técnica de engenharia, utilizando materiais novos, dentro das especificações do fabricante e das prescrições do INMETRO e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras normas congêneres;

10.1.5. Da Segurança do Trabalho:

10.1.5.1. Das disposições gerais

Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação vigente aplicável e as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, da Portaria Nº 3.214, de 08 de junho de 1978, e suas atualizações, não sendo possível a alegação de desconhecimento de quaisquer Leis, Decretos, Portarias, Notificações, Normas Técnicas e de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, bem como daquelas oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho, mesmo que as mesmas não estejam mencionadas no presente Termo de Referência;

- a. Apresentar ao gestor do contrato, antes do início das obras, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a NR 01 e a NR 18, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme a NR 07, cópia dos Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com a definição de apto para a função do empregado, e as Ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho (NR 01);
- b. Quando da execução de qualquer trabalho, a Contratada deverá isolar o local do serviço, com anteparos físicos, fitas e avisos, caso necessário;
- c. Dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer incidente ou acidente de trabalho ocorrido durante a execução dos serviços;

10.1.5.2. Dos equipamentos de proteção individual (EPI's)

- a. Devem ser fornecidos e garantida a utilização dos EPI's especificados no PGR, sendo no mínimo, os seguintes EPI's: calçados de segurança compatíveis com riscos da construção civil, luvas de proteção de materiais que resistam à abrasão, capacete;
- b. Para aqueles que forem exercer trabalho em altura, deverão, além dos EPI retromencionados, serem fornecidos cintos de segurança do tipo paraquedista e talabarte. Caso os pontos de ancoragem sejam do tipo A ou B, os talabartes devem ter absorvedor de energia. Os capacetes para trabalhos em altura devem possuir jugular.

- c. Antes do início das obras, a contratada deve apresentar ao gestor do contrato, a lista de EPI fornecida por trabalhador, com documentação comprobatória, além dos respectivos Certificados de Aprovação.

10.1.5.3. Do Trabalho em altura

- a. Os trabalhadores que exercerem atividades em altura, conforme a NR35 devem ser formalmente autorizados pela contratada, após ter treinamento comprovado (item 35.4.2 da NR 35) e aptidão para trabalho em altura consignada em Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). Os referidos certificados de treinamento e os Atestados de Saúde Ocupacionais devem ser apresentados pela contratada antes do início das obras;
- b. Conforme determina a NR 35, assegurar a realização da Análise de Risco - AR e a emissão da Permissão de Trabalho - PT, acessível no local de execução da atividade;
- c. Apresentar ao gestor de contrato a descrição do sistema de proteção contra quedas (SPQI/SPQC) que será utilizado e o Plano de Emergência com as ações de respostas às emergências que envolvam o trabalho em altura (NR 35);

10.1.5.4. Da estrutura, montagem e utilização de andaimes

- a. Os andaimes devem ter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA-PB, CAU-PB (ou outro conselho de classe) de montagem;
- b. As torres de andaimes, quando não estaiadas ou não fixadas à estrutura, não podem exceder, em altura, 4 (quatro) vezes a menor dimensão da base de apoio, conforme item 18.12.3 da NR 18;
- c. Os andaimes devem possuir registro formal de liberação de uso assinado por profissional qualificado em segurança do trabalho ou pelo responsável pela frente de trabalho ou da obra, conforme item 18.12.4 da NR 18;
- d. O andaime tubular deve possuir montantes e painéis fixados com travamento contra o desencaixe acidental, conforme item 18.12.7 da NR 18;

10.1.5.5. Segurança em instalações e serviços em eletricidade – além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, os profissionais deverão comprovar curso atualizado e condição de saúde, conforme a NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

10.1.5.6. Da utilização de equipamentos e maquinários

- a. Utilizar os equipamentos adequados, necessários à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e danos materiais que possam ocasionar ao TRT da 13ª Região ou a terceiros;
- b. As betoneiras devem estar protegidas com aterramento conforme item 18.6.8 da NR18. O aterramento deve ser comprovado por laudo de aterramento conforme NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão) e assinado por profissional habilitado.

10.1.6. Para fins de comunicação entre as partes contratantes, eventuais mudanças de endereço e correio eletrônico da Contratada deverão ser comunicadas ao Contratante, no prazo máximo de 05

(cinco) dias úteis;

10.1.6.1 De acordo com a previsão estabelecida no art. 44, §2º da IN nº 5/2017 – MPDG, as comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

10.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a equipamentos, ferramentas, insumos, materiais, impostos, taxas, frete, deslocamentos e demais encargos decorrentes do serviço;

10.1.8. Reparar prontamente os danos ou avarias causadas por seus empregados aos bens do TRT ou de terceiros;

10.1.9. Responder por defeitos decorrentes dos serviços objeto do contrato, os quais são de sua exclusiva responsabilidade;

10.1.9.1. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRT, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

10.1.10. Dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

10.1.11. Providenciar a regularização dos serviços atrasados e/ou realizados fora dos padrões de qualidade e eficiência, assim constatados mediante comunicação escrita ou por *e-mail*, num prazo de 24 (vinte e quatro) horas, refazendo às suas custas, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pelo Gestor, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção. Poderá, conforme circunstâncias excepcionais, este prazo ser prorrogado, mediante autorização do Gestor do Contrato;

10.1.12. Fornecer ao TRT sugestões e modificações que visem à melhoria e o perfeito desempenho dos equipamentos;

10.1.13. Pagar em dia seus empregados, e apresentar ao Tribunal, sempre que solicitado, cópia das folhas de pagamento, contracheques etc., relativos aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, bem como o comprovante/guias de recolhimentos dos impostos, contribuições e outros incidentes sobre esses serviços (INSS, FGTS etc.);

10.1.14. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal do TRT da 13ª Região, clientes, visitantes e demais contratados, podendo a Fiscalização exigir a retirada daqueles, cujas condutas sejam julgadas inconvenientes;

10.1.15. Diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos neste Contrato;

10.1.16. Coordenar e supervisionar seus empregados, de forma que os serviços sejam realizados a tempo e a contento, nos padrões de qualidade exigidos pelo TRT, promovendo os meios necessários para que seus empregados tenham plenas condições de trabalho, sejam eles de transporte, alimentação ou outra qualquer;

10.1.17. Indicar seu preposto e respectivo substituto, que serão responsáveis pelo recebimento das demandas encaminhadas (Art. 118 da Lei nº 14.133/2021);

10.1.18. Assumir total responsabilidade sobre equipamentos, móveis e utensílios colocados à

disposição para execução dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo ao TRT as despesas decorrentes da má utilização deles por empregados e/ou terceiros sob a sua responsabilidade;

10.1.19. Informar ao TRT da 13ª Região, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e o respectivo número da carteira de identidade dos empregados e/ou terceiros alocados na prestação dos serviços;

10.1.20. Dar sempre como conferido e perfeito o serviço executado, cumprindo, rigorosamente, os cronogramas estabelecidos pelo TRT e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venha a causar ao Contratante ou a terceiros, de modo direto e indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para o TRT;

10.1.21. Manter seus empregados, quando em serviço no TRT, devidamente identificados com crachá e uniformizados adequadamente;

10.1.22. Indenizar todos os custos e despesas financeiras que porventura venham a ser suportadas pelo TRT, por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre o Tribunal e os empregados da Contratada;

10.1.23. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do TRT da 13ª Região;

10.1.24. Executar os serviços que produzem ruídos significativos (demolições, remoção de entulhos com grandes volumes), entre 17:00 e 22:00, nos dias normais do expediente, ou nos finais de semana e feriados, caso necessário, em comum acordo com a Fiscalização;

10.1.25. Arcar com o ônus do transporte dos materiais até o local de instalação e execução dos serviços contratados, bem como a retirada de qualquer tipo de entulho, lixo ou material de descarte resultante da execução dos serviços contratados, na forma recomendada pelos órgãos competentes e de forma sustentável, fornecendo para a Fiscalização a documentação que comprova o descarte correto dos resíduos de obra (CTR);

10.1.26. Substituir, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer funcionário, por solicitação da administração do TRT, independentemente da razão ou motivo;

10.1.27. Manter atualizada, durante toda a execução do objeto do presente contrato, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, conforme Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, devendo a Contratada informar ao Contratante, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência;

10.1.28. Entregar os serviços constantes deste Termo de Referência atendendo as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, atualizada pelo Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST nº 71, de 10 de setembro de 2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especificamente, os constantes dos itens: 13.

AQUISIÇÃO DE BENS e 14. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, 14.6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS, 14.8 gestão de resíduos de obras, *in verbis*:

13. AQUISIÇÃO DE BENS

Produtos

Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis, dentre as quais a maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia, a maior vida útil e o menor custo de manutenção do bem. (Grifo nosso)

14. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade. Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:

- Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;
- Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
- Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e
- Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.

A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo).
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT).
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

14.6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS

- Nos contratos de manutenção de equipamentos, utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.

- A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006.

14.8 GESTÃO DE RESÍDUOS EM OBRA²

Para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação, a contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos (CTR) em conformidade com as normas ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

² Em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

O CTR deverá ser emitido em três vias (gerador, transportador e destinatário) e ter um conteúdo mínimo, a saber:

- Transportador - nome, CPF e/ou razão social e inscrição municipal;
- Gerador / origem - nome, CPF e/ou razão social e CNPJ;
- Endereço da retirada;
- Destinatário - nome, CPF e/ou razão social e CNPJ;
- Endereço do destino;
- Volume (m³) ou quantidade (t) a ser transportada;
- Descrição do material predominante - solo, material asfáltico, madeira, concreto/argamassas/alvenaria, volumosos (incluindo pedras) ou outros (especificar);
- Data;
- Assinatura do transportador;
- Assinatura da área de transbordo e triagem; e
- Assinatura da área de destinação de resíduos.

10.1.29. A Contratada deverá observar a previsão contida no art. 2º, inc. VI, da Resolução CNJ nº 07/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 229/2016, o qual dispõe sobre a vedação nas contratações, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

10.1.29.1. Para fins de cumprimento ao disposto no subitem **10.1.29** supra, deverá ser apresentada declaração de conformidade;

10.1.30. A Contratada deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 10.1.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

10.1.31. A Contratada deverá realizar cadastro junto ao sistema SIGEO, por meio do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, para os fins estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato.

- Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, encontra-se disponível na internet manual de ajuda do fornecedor, que pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>;

10.1.32. Preencher diariamente registros dos serviços e das equipes de trabalho por meio de Diário de Obra/Serviço constante do Caderno de Especificações (Anexo II deste TR);

10.1.33. Observar, no que couber, o disposto no Art. 8º, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 114/20210 (absorção de egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%);

10.1.34. Observar a política de prevenção e combate ao assédio do TRT 13ª Região (Resolução Administrativa 104/2022), bem como as prescrições da Resolução CNJ 351/2020.

10.1.34.1 A observância da política de que trata esta subcláusula visa à promoção de relações saudáveis de trabalho, prevenção e mitigação de riscos de práticas abusivas e

discriminatórias, enfrentamento da discriminação, assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros temas correlatos.

10.1.35. Observar os regramentos dispostos no Ato TRT13.SGP nº 121, de 30 de junho de 2025 – Institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujo acesso poderá ocorrer através do link <https://normasinternas.trt13.jus.br/xmlui/handle/bdtrt7/128291>.

10.2. Das obrigações do contratante

10.2.1. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços e permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada aos mesmos, quando em serviço e devidamente identificados, para a perfeita execução dos serviços;

10.2.1.1. O TRT disponibilizará ambiente com acesso restrito à Contratada em cada local de serviço para guarda de suas ferramentas, materiais e equipamentos de pequeno porte;

10.2.2. Dar providências às recomendações da Contratada, concernentes às condições de uso correto do(s) equipamentos instalados, divulgar orientações e fiscalizar procedimentos;

10.2.3. Comunicar imediatamente à Contratada os casos de emergência (por exemplo, curto-circuito em quadros elétricos), impedindo o uso ou liberação do equipamento até a chegada do pessoal da Contratada;

10.2.4. Notificar à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços ou de falha dos equipamentos;

10.2.5. Responder à Contratada a respeito de pedidos de prorrogações de prazos dos serviços de manutenção corretiva, instalação ou remoção ou instalação de equipamentos;

10.2.6. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no contrato;

10.2.7. Emitir a(s) Nota(s) de Empenho;

10.2.8. Receber os serviços entregues de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência/Edital e proposta apresentada, após verificação minuciosa da conformidade dos produtos entregues com tais especificações;

10.2.9. Designar representante(s) da área demandante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual ficará responsável por determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.2.10. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência dessa, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Inciso II do § 4º do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.2.11. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais;

10.2.11.1. O servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo impulsionará tal processo administrativo, através de relatório que indique as falhas ocorridas e as penalidades a serem aplicadas, conforme Edital;

10.2.12. Durante a realização do Certame, caberá ao Pregoeiro a realização de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitindo os resultados respectivos, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido, conforme previsão estabelecida pela Lei no 12.846/2013.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para fazer face às despesas com o objeto da licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária do TRT 13ª Região, na Natureza de Despesa 339039, do Programa de Trabalho Resumido 251090.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Em caso de não estarem os serviços sendo conduzidos de acordo com tudo quanto definido nos Termo de Referência, projetos, detalhes, especificações e instruções da fiscalização, ou ainda em relação às regras da ABNT, poderá o Tribunal, além das sanções previstas no Contrato, solicitar a correção dos serviços, devendo ser realizado às expensas da Contratada.

12.2. A inexecução parcial ou total do objeto deste TR, torna possível a aplicação das sanções conforme listado a seguir:

12.2.1. Advertência, quando ultrapassado o prazo de 5 (cinco) dias para início dos trabalhos e descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Edital;

12.2.2. Multa de 1%, quando, de forma injustificada, a Contratada não comparecer a uma das duas reuniões agendadas pelo Coordenador do Projeto ou Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

12.2.3. Multa de 3% sobre o valor total do contrato:

- a) Quando houver atraso injustificado em assinar o contrato;
- b) Quando ultrapassarem 10 dias do prazo final de execução dos trabalhos sem justificativa aceita;

12.2.4. Multa de 5% sobre o valor total do contrato:

- a) Quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias após a ciência da Ordem de Serviço pelo Contratante;
- b) Quando ultrapassarem 20 dias do prazo final de execução dos trabalhos sem justificativa aceita;

12.2.5. Impedimento de licitar e contratar (Inciso III, Art. 156, Lei nº 14.133/2021) - de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRT da 13ª Região no caso de inexecução parcial do Contrato;

12.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (Inciso IV, Art. 156, Lei nº 14.133/2021):

- a) quando tiver sofrido condenação definitiva por ter participado praticado fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- b) quando tiver apresentado qualquer documento falsificado com o objetivo de participar da licitação ou comprovar sua habilitação;
- c) quando tiver cometido ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do TRT 13ª Região, após a assinatura do Contrato;
- d) pela inexecução total do objeto.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição;

13.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento;

13.3. Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada;

13.4. O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes;

13.5. As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal;

- 13.6.** Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público;
- 13.7.** As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem;
- 13.8.** A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste;
- 13.9.** Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
(PORTARIA TRT13 GDG Nº 62/2026)

Emerson Santos Maul de Andrade
Matrícula nº 300.351.130
Integrante Demandante e Coordenador da Equipe

Ricardo Gomes Pereira de Mello
Matrícula nº 245.087.060
Integrante técnico

(Ausência regulamentar)
José Corrêia de Albuquerque Júnior
Matrícula nº 201.373.540
Integrante técnico

Fábio de Oliveira Lucena
Matrícula nº 235.215.578
Integrante técnico

Ciro Fernandes de Ferreira
Matrícula nº 235.215.934
Integrante técnico

(Ausência regulamentar)
Roberto Ronald Mousinho de Brito
Matrícula nº 250.103.576
Integrante administrativo

ANEXO I - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

SINAPI - 01/2026 - PB; SBC - 03/2026 - PB; SICRO3 - 10/2025 - PB; ORSE - 12/2025 - SE; SEINFRA - 028 - CE; SE-TOP - 10/2025 - MG; CPOS/CDHU - 01/2026 - SP; FDE - 10/2025 - SP; CAEMA - 12/2019 - MA; EMBASA - 06/2025 - BA; CAERN - 01/2026 - RN; COMPESA - 07/2024 - PE; EMOP - 01/2026 - RJ; SCO - 01/2026 - RJ - Encargos sociais desonerados: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL				19.438,40
1.1	CPU TRT 001	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MES	4	4.859,60	19.438,40
2			EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO, TAXAS				1.460,02
2.1	97063	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFÍCIOS COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	m²	60	16,43	986,08
2.2	00010527	SINAPI	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGAÇÃO, SAPATAS OU RODÍZIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM (NÃO INCLUI INSTALAÇÃO)	MXMES	12	20,00	240,00
2.3	TRT2500v	Próprio	ART EXECUÇÃO	UN	1	233,94	233,94
3			CAPTAÇÃO PLUVIAL				77.197,74
3.1	102113	SINAPI	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 1,0 CV OU 0,99 HP, HM 14 A 40 M, Q 0,6 A 8,4 M³/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	2	1.652,88	3.305,76
3.2	106263	SINAPI	INSTALAÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO PARA 2 BOMBAS TRIFÁSICAS ATÉ 25 CV CADA (NÃO INCLUI O FORNECIMENTO DO QUADRO). AF_11/2025	UN	1	163,18	163,18
3.3	ADAP	SINAPI/ORSE	Quadro de comando para 2 bombas de recalques de 1/3 a 2 cv, trifásica, 220 volts, com chave seletora, acionamento manual/automático, relé de sobrecarga e contatora	un	1	3.331,71	3.331,71
3.4	90696	SINAPI	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 200 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	2	145,79	291,57
3.5	89849	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	6	56,57	339,43
3.6	89848	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	130	27,53	3.578,35
3.7	TRT2500a	Próprio	CURVA PVC LONGA 200 MM, INSTALADA	UN	1	330,28	330,28
3.8	104064	SINAPI	CURVA LONGA, 90 GRAUS, PVC OCRE, JUNTA ELÁSTICA, DN 150 MM, PARA COLETOR PREDIAL DE ESGOTO. AF_06/2022	UN	1	174,13	174,13

3.9	104167	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	4	122,54	490,18
3.10	89584	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	15	43,58	653,77
3.11	89591	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	4	129,71	518,85
3.12	89585	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	8	44,62	356,96
3.13	89681	SINAPI	REDUÇÃO EXCÊNTRICA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	2	89,23	178,47
3.14	TRT2500b	Próprio	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC 200 MM X 150 MM	UNIDADE	2	102,07	204,14
3.15	89701	SINAPI	TÊ, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	2	195,80	391,60
3.16	94715	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC, SOLDÁVEL, DN 110 MM X 4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	291,31	873,94
3.17	94703	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	19,53	58,59
3.18	94705	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	35,98	107,95
3.19	94670	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 110 MM X 4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	66,34	199,02
3.20	94660	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	7,82	23,45
3.21	94656	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	3	3,23	9,68

3.22	102137	SINAPI	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025	UN	1	115,22	115,22
3.23	94796	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1	46,54	46,54
3.24	TRT2500c	Próprio	FILTRO PARA CAPTAR ÁGUA PLUVIAL COM CAP. MÍN. PARA 200 M²	UN	2	2.241,87	4.483,74
3.25	ADAP	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648), INCLUSIVE CONEXÕES	M	184	39,90	7.341,12
3.26	ADAP	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648), INCLUSIVE CONEXÕES	M	420	30,58	12.843,95
3.27	ADAP	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648), INCLUSIVE CONEXÕES	M	50	51,06	2.552,83
3.28	103957	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	13	4,55	59,19
3.29	104008	SINAPI	TE DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 32 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6	30,49	182,96
3.30	105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	6	24,12	144,75
3.31	91179	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA/PVC ESGOTO/PVC PLUVIAL/CPVC/PPR/COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO 1 1/4", FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE OU PAREDE. AF_09/2023	M	604	17,59	10.626,97
3.32	91181	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA/PVC ESGOTO/PVC PLUVIAL/CPVC/PPR/COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100 MM, COM ABRAÇADEIRA TIPO D COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO 4", FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE OU PAREDE. AF_09/2023	M	130	24,84	3.229,64
3.33	94672	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	108	5,74	620,27
3.34	86885	SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	108	11,98	1.293,96
3.35	94489	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 25 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	108	23,45	2.532,10
3.36	ADAP	SINAPI/CPOS/CDHU	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC, COM INDICAÇÃO DE ALERTA	UN	108	30,89	3.335,84

3.37	TRT2500d	Próprio	FIXAÇÃO DE TUBO EM PVC, DIÂMETRO ENTRE 40 E 100 MM COM TIRANTE FIXADO EM LAJE	UN	28	17,13	479,50
3.38	TRT2500e	Próprio	FIXAÇÃO DE PEÇAS ESPECIAIS EM PVC - CURVA LONGA 200MM OU 150 MM COM TIRANTE E APOIO EM AÇO	UN	2	191,79	383,58
3.39	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DE-MÃOS). AF_01/2020	m²	40,5	48,63	1.969,56
3.40	TRT2500f	Próprio	BASE EM CONCRETO ARMADO 30 MPA, ESP. 8CM	M²	14	223,89	3.134,43
3.41	TRT2500g	Próprio	Fixação de tubo 100 mm por meio de estrutura metálica	UN	1	520,83	520,83
3.42	102609	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 2000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	2	1.322,24	2.644,47
3.43	TRT2500z	Próprio	SUPORE PARA DOIS TUBOS 100MM EM AÇO INOX, INCLUINDO ABRAÇADEIRA 4" A 4 3/4"	UN	5	615,06	3.075,28
4			SERVIÇOS NO TÉRREO E 1º PAVIMENTO				157.077,30
4.1	TRT2500u	Próprio	DESMONTAGEM DE DIVISÓRIA COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE PORTAS E VISORES	M²	150,7	15,18	2.287,03
4.2	TRT2500n	Próprio	REALOCAÇÃO DE LUMINÁRIA EMBUTIDA 625 CM X 125 CM, INCLUSIVE REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE FORRO DE FIBRA MINERAL	UN	32	17,79	569,12
4.3	TRT2500o	Próprio	REALOCAÇÃO DE PONTO DE EXAUSTÃO, INCLUSIVE REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE FORRO MINERAL	UN	6	7,39	44,36
4.4	TRT2500p	Próprio	REALOCAÇÃO DE PONTO ELÉTRICO DUPLO	UN	40	27,34	1.093,60
4.5	TRT2500q	Próprio	REALOCAÇÃO DE PONTO DUPLO DE REDE LÓGICA	UN	40	80,21	3.208,26
4.6	98297	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	M	610	9,98	6.089,62
4.7	97660	SINAPI	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	3	0,67	2,00
4.8	92023	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5	48,78	243,90
4.9	TRT2500w	Próprio	TOMADA RJ 45 PARA DOIS MÓDULOS, INCLUINDO CONDULETE OU CAIXA, TAMPA	UN	10	133,12	1.331,20
4.10	ADAP	SINAPI/ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR RJ 45 MACHO CAT 6	UN	40	7,52	300,60
4.11	91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20	45,72	914,40

4.12	91854	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	90	9,65	868,19
4.13	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	200	5,35	1.069,79
4.14	106144	SINAPI	PORTA-PRONTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 80X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	4	1.104,57	4.418,29
4.15	90822	SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	8	421,91	3.375,30
4.16	96361	SINAPI	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	m²	551,53	141,38	77.975,18
4.17	104757	SINAPI	FORRO EM FIBRA MINERAL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	56,25	117,48	6.608,04
4.18	TRT2500r	Próprio	MANTA LA DE VIDRO SEM REVESTIMENTO PSI 40, PARA FINALIDADE ACÚSTICA, E = 50 MM, LARGURA DE 1200 X 600 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM PAREDES DE PLACA DE GESSO ACORTONADO	M²	531,37	49,57	26.339,90
4.19	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	701,6	3,94	2.764,30
4.20	104646	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MECANIZADO. AF_04/2023	m²	701,6	8,66	6.078,05
4.21	104641	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	901,6	9,31	8.396,84
4.22	102214	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	49,32	20,65	1.018,27
4.23	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	0,29	57,93	16,80
4.24	87561	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO, APLICADA COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE ARGAMASSA EM PAREDES INTERNAS, E = 10MM, SEM TALISCAS. AF_03/2024	m²	1,02	41,82	42,66
4.25	TRT2500y	Próprio	VISOR EM ALUMÍNIO 4MM, DIM. 1,20MX1,05M, COM REQUADRO EM ALUMÍNIO NATURAL	UN	5	404,32	2.021,58

5			IMPERMEABILIZAÇÃO - TRATAMENTOS DIVERSOS NA COBERTA				28.067,05
5.1	TRT2500t	Próprio	LIMPEZA DE CALHA POR HIDROJATEAMENTO, COM PRÉVIA REMOÇÃO DE SUJIDADES	M²	238,79	4,32	1.031,79
5.2	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	72	3,94	283,35
5.3	ED-20378	SETOP	LIXAMENTO MECANIZADO EM PAREDE E TETO PARA REMOÇÃO DE TINTA ACRÍLICA/LÁTEX, MASSA PVA E GESSO	m²	259,32	1,28	331,46
5.4	98554	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	498,11	53,04	26.420,45
6			LIMPEZA E REMOÇÃO DE ENTULHOS				2.137,75
6.1	99813	SINAPI	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO/MÁRMORE/ GRANITO EM PAREDE UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_10/2025_PS	m²	250	2,85	713,54
6.2	99820	SINAPI	LIMPEZA DE JANELA INTEIRAMENTE DE VIDRO. AF_10/2025_PS	m²	40	2,44	97,61
6.3	26	ORSE	Coleta e carga manuais de entulho	m³	15	18,44	276,60
6.4	13197	ORSE	Locação de caixa coletora de entulho capacidade 5 m³ (Local: Aracaju), prazo máximo de 7 dias, inclusive descarte. Rev 01_03/2025	un	3	350,00	1.050,00

Total sem BDI	R\$ 285.378,26
BDI	R\$ 57.075,65
Total Geral	R\$ 342.453,91

João Pessoa, 13 de abril de 2026

FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA
Integrante Técnico - Analista Judiciário
Matrícula 235.215.578

ANEXO II - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETIVO

O PRESENTE CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES define os critérios que orientarão a execução, as unidades de medição, a aceitação e/ou recebimento de serviços e obras de engenharia, bem como os procedimentos a serem observados na sua fiscalização. O presente trabalho é um complemento ao contrato, termo de referência e demais documentos relativos.

No caso de eventuais conflitos existentes entre este e os demais documentos do procedimento licitatório, prevalecerá sempre o disposto no edital, no termo de referência e nos memoriais descritivos, nesta sequência.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS A TODOS OS SERVIÇOS

Em todos os serviços, especialmente demolições, rasgos, quebras, deve-se evitar danos às áreas adjacentes, com a tomada de medidas de segurança necessárias.

A Contratada, sem prejuízo do atendimento de outras exigências contidas neste Caderno de Encargos, é obrigada a cumprir ao estipulado na legislação e normas disciplinares da segurança e medicina do trabalho, no que for aplicável ao tipo e natureza da obra e serviços, o que, não se verificando, poderá constituir inadimplência contratual, sujeita às sanções que forem estabelecidas no contrato.

Se o contrato for omissivo sobre as sanções referidas no item anterior, a Fiscalização as aplicará, que compreenderá advertência escrita, embargo dos trabalhos, proposta de rescisão do contrato, com ou sem declaração de inidoneidade técnica. Dependendo da gravidade da falta, a Fiscalização poderá optar pela aplicação de sanções de maior grau, sem a necessidade de haver aplicado sanções de menor grau.

Realizar limpeza e organização das áreas de trabalho, separação de sobras de materiais, entulhos e detritos decorrentes da execução do serviço, preparatório para coleta e armazenamento em caçambas de descarte de resíduos da obra. Carga, transporte e armazenamento para descarte em caçambas de resíduos dos entulhos decorrentes dos serviços. Os entulhos dos serviços serão retirados através de empresas especializadas com caçambas estacionárias ou com caminhões volantes. No caso deste último, o canteiro deve ter local isolado, identificado e apropriado para armazenamento de entulhos. Em qualquer das duas soluções, a empresa deve ser cadastrada na Prefeitura e apresentar o comprovante de recebimento dos entulhos junto ao aterro sanitário municipal. O serviço deve ser diário, mantendo-se constantemente limpo o local de trabalho, cabendo à FISCALIZAÇÃO as advertências necessárias.

Todos os materiais devem ser apresentados previamente à Fiscalização, de forma física ou por meio de catálogos dos fabricantes, antes da instalação.

3. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

As especificações a seguir procuram detalhar situações especiais em relação aos serviços. Os demais itens não especificados na presente seção devem ser executados em obediência às práticas convencionais de engenharia, especialmente as normas da ABNT. Portanto, as presentes especificações dizem respeito a aspectos específicos dos serviços em comento.

ITEM	SERVIÇO	UNID. DE MEDIÇÃO	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	ESPECIFICICAÇÃO DO SERVIÇO
3	CAPTAÇÃO PLUVIAL			
3.3	Quadro de comando para 2 bombas de recalques de 1/3 a 2 cv, trifásica, 220 volts, com chave seletora, acionamento manual/automático, relé de sobrecarga e contatora	Und	Unidade instalada e testada	O quadro de comando será destinado ao controle de 2 bombas hidráulicas, prevendo acionamento manual e automático, com relé de sobrecarga e contatora.
3.24	Filtro para captar água pluvial com cap. mín. para 200 m²	Und	Unidade instalada e testada	O filtro será destinado à passagem de água pluvial, devendo ter uma capacidade mínima para uma cobertura de 200 m². Será instalado à montante do reservatório.
3.41	Fixação de tubo 100 mm por meio de estrutura metálica	Und	Unidade	Entre o muro lateral e o reservatório deverá ser instalada um poste de tubo 30 mm x 30 mm e apoio em cantoneira 25,4 mm x 3,17 mm. A estrutura deverá ser pintada com esmalte sintético, com prévia aplicação de zarcão ou primer.
3.43	Suporte para dois tubos 100mm em aço inox, incluindo abraçadeira 4" a 4 e 3/4"	Und	Unidade	O suporte será executado com chapa aço inox AISI 304 n. 4 (e = 6 mm), acabamento n. 1 (laminado a quente, fosco), para apoio de dois tubos de 100 mm.
4	SERVIÇOS NO TÉRREO E 1º PAVIMENTO			
4.14	Porta-pronta de madeira, folha pesada ou superpesada, 80x210cm, fixação com preenchimento total de espuma expansiva - fornecimento e instalação. af_10/2025	Und	Unidade	A porta deverá ser confeccionada com madeira pesada ou superpesada, com vistas a maior isolamento acústico.
4.16	Parede com sistema em chapas de gesso para Drywall, uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas para paredes com área líquida maior ou igual a 6 m², com vãos.	M²	Área executada, exclusive vãos iguais ou acima de 1,25 m²	Os perfis serão metálicos para drywall (G-70 e M-70). Empregar fita para tratamento acústico (banda acústica) 3000X48 mm. Utilizar parafusos e pinos para drywall e fitas de papel micro perfurado, 50 x 150 mm, para tratamento de juntas de chapa. A massa de rejunte será de pó para Drywall, a base de gesso, secagem rápida, para tratamento de juntas de chapa de gesso (com adição de água).
5	IMPERMEABILIZAÇÃO - TRATAMENTOS DIVERSOS NA COBERTA			
5.4	Impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica, 3 demãos. af_09/2023	M²	Área executada	Os serviços de impermeabilização, com resina acrílica, requererão: - prévia preparação do local (isolamento, proteção, remoção de equipamentos e utensílios); - limpeza prévia das áreas de aplicação, removendo sujidades, pós, óleos e demais líquidos; - aplicação em determinadas áreas com selador (outro item).

João Pessoa, 13 de abril de 2026

FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA
Integrante Técnico - Analista Judiciário
Matrícula 235.215.578

ANEXO III - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

SINAPI - 01/2026 - PB; SBC - 03/2026 - PB; SICRO3 - 10/2025 - PB; ORSE - 12/2025 - SE; SEINFRA - 028 - CE; SETOP - 10/2025 - MG; CPOS/CDHU - 01/2026 - SP; FDE - 10/2025 - SP; CAEMA - 12/2019 - MA; EMBASA - 06/2025 - BA; CAERN - 01/2026 - RN; COMPESA - 07/2024 - PE; EMOP - 01/2026 - RJ; SCO - 01/2026 - RJ - Encargos sociais desonerados: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases

DESCRIÇÃO	CUSTO		PERÍODOS			
	R\$		1º mês	2º mês	3º mês	4º mês
01 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL	23.326,08	%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
		DIAS				
		R\$	R\$ 5.831,52	R\$ 5.831,52	R\$ 5.831,52	R\$ 5.831,52
02 - EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO, TAXAS	1.752,02	%	34,00%	22,00%	22,00%	22,00%
		DIAS				
		R\$	595,69	385,44	385,44	385,44
03 - CAPTAÇÃO PLUVIAL	92.637,28	%	20,00%	20,00%	30,00%	30,00%
		DIAS				
		R\$	18.527,46	18.527,46	27.791,18	27.791,18
04 - SERVIÇOS NO TÉRREO E 1º PAVIMENTO	188.492,76	%	15%	30%	30%	25%
		DIAS				
		R\$	28.273,91	56.547,83	56.547,83	47.123,19
05 - IMPERMEABILIZAÇÃO - TRATAMENTOS DIVERSOS NA COBERTA	33.680,46	%	10%	30%	30%	30%
		DIAS				
		R\$	3.368,05	10.104,14	10.104,14	10.104,14
06 - LIMPEZA E REMOÇÃO DE ENTULHOS	2.565,30	%	5%	20%	25%	50%
		DIAS				
		R\$	128,27	513,06	641,33	1.282,65
PRODUÇÃO DIRETA (EXCLUI ADM. LOCAL)	R\$ 319.127,83	MÊS	50.893,37	86.077,93	95.469,92	86.686,61
		ACUMULADO	50.893,37	136.971,30	232.441,22	319.127,83
% DA PRODUÇÃO DIRETA	-	-	15,947644%	26,972868%	29,915887%	27,163601%
D EMBOLSO SERVIÇOS	R\$ 342.453,91	MÊS	56.724,89	91.909,45	101.301,44	92.518,13
		ACUMULADO	56.724,89	148.634,34	249.935,78	342.453,91

João Pessoa, 13 de abril de 2026

FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA
Integrante Técnico - Analista Judiciário
Matrícula 235.215.578

ANEXO IV - COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS DE SERVIÇOS

SINAPI - 01/2026 - PB; SBC - 03/2026 - PB; SICRO3 - 10/2025 - PB; ORSE - 12/2025 - SE; SEINFRA - 028 - CE; SETOP - 10/2025 - MG; CPOS/CDHU - 01/2026 - SP; FDE - 10/2025 - SP; CAEMA - 12/2019 - MA; EMBASA - 06/2025 - BA; CAERN - 01/2026 - RN; COMPESA - 07/2024 - PE; EMOP - 01/2026 - RJ; SCO - 01/2026 - RJ - Encargos sociais desonerados: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases

		ADMINISTRAÇÃO LOCAL, EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO, TAXAS				
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CPU TRT 001	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MES	1,0000	4.859,60	4.859,60
90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,0000	132,86	2.657,20
90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80,0000	27,53	2.202,40
		EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO, TAXAS				
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
97063	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFÍCIOS COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	m²	1,0000	16,43	16,43
100251	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE AÇO CARBONO LEVE OU MÉDIO, PRETO OU GALVANIZADO, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 32 MM E MENOR OU IGUAL A 65 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	0,1671	13,49	2,25
88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5544	21,37	11,85
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1058	22,05	2,33
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
00010527	SINAPI	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODÍZIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALAÇÃO)	MXMES	1,0000	20,00	20,00
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500v	Próprio	ART EXECUÇÃO	UNIDADE	1,0000	233,94	233,94
TRT_2504	Próprio	ART EXECUÇÃO	UNIDADE	1,0000	233,94	233,94
		CAPTAÇÃO PLUVIAL				
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
102113	SINAPI	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 1,0 CV OU 0,99 HP, HM 14 A 40 M, Q 0,6 A 8,4 M³/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1,0000	1.652,88	1.652,88
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8690	23,33	20,27
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,9072	22,43	65,21
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8690	27,37	23,78

88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,9067	26,40	76,74
00732	SINAPI	BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 0,99HP DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 1" X 1", DIAMETRO DO ROTOR 145 MM, HM/Q: 14 M / 8,4 M3/H A 40 M / 0,60 M3/H	UN	1,0000	1.459,20	1.459,20
11267	SINAPI	ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESURA = *2,5* MM	UN	4,0000	1,43	5,72
39996	SINAPI	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	M	0,2000	3,99	0,80
39997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	4,0000	0,29	1,16
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
106263	SINAPI	INSTALAÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO PARA 2 BOMBAS TRIFÁSICAS ATÉ 25 CV CADA (NÃO INCLUI O FORNECIMENTO DO QUADRO). AF_11/2025	UN	1,0000	163,18	163,18
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1432	23,33	26,67
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,5725	27,37	125,15
00001575	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	4,0000	2,03	8,12
00007583	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	6,0000	0,54	3,24
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ADAP	SINAPI /ORSE	Quadro de comando para 2 bombas de recalques de 1/3 a 2 cv, trifásica, 220 volts, com chave seletora, acionamento manual/automático, relé de sobrecarga e contatora	un	1,0000	3.331,71	3.331,71
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1740	23,33	27,39
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,5725	27,37	97,78
39772	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 30 X 30 X 10 CM	un	1,0000	52,03	52,03
589	ORSE	Chave liga-desliga 3x30a	un	1,0000	78,00	78,00
7538	ORSE	Quadro de comando para 2 bombas de recalques de 1/3 a 2 cv, trifásica, 220 volts, com chave seletora, acionamento manual/automático, relé de sobrecarga e contatora	un	1,0000	3.076,51	3.076,51
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
90696	SINAPI	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 200 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	1,0000	145,79	145,79
88246	SINAPI	ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1026	18,30	1,88
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1026	22,05	2,26

00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,0167	22,16	0,37
00041930	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO PVC, JEI, DN 200 MM (NBR 7362)	M	1,0500	134,55	141,28
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89849	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	1,0000	56,57	56,57
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3111	22,43	6,98
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3111	26,40	8,21
00020065	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	1,0546	39,21	41,35
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0173	1,72	0,03
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89848	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	1,0000	27,53	27,53
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2394	22,43	5,37
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2394	26,40	6,32
00009836	SINAPI	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	1,0542	15,00	15,81
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0133	1,72	0,02
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500a	Próprio	CURVA PVC LONGA 200 MM, INSTALADA	UNIDADE	1,0000	330,28	330,28
00002696	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	H	0,3110	20,00	6,22
00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	0,1450	15,23	2,21
00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1250	22,16	2,77
TRT_2501	Próprio	CURVA PVC LONGA 90° 200 MM	UNIDADE	1,0000	319,08	319,08
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
104064	SINAPI	CURVA LONGA, 90 GRAUS, PVC OCRE, JUNTA ELÁSTICA, DN 150 MM, PARA COLETOR PREDIAL DE ESGOTO. AF_06/2022	UN	1,0000	174,13	174,13
88246	SINAPI	ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2620	18,30	4,79
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0841	22,05	1,85
00000305	SINAPI	ANEL BORRACHA, PARA TUBO PVC, REDE COLETOR ESGOTO, DN 150 MM (NBR 7362)	UN	1,0000	12,20	12,20
00001865	SINAPI	CURVA LONGA PVC, PB, JE, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA REDE COLETORA ESGOTO	UN	1,0000	153,34	153,34

00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,0875	22,16	1,94
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
104167	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	1,0000	122,54	122,54
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2600	22,43	5,83
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2600	26,40	6,86
00000300	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	2,0000	14,21	28,42
00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1750	22,16	3,88
00020158	SINAPI	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	77,55	77,55
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89584	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	1,0000	43,58	43,58
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2725	22,43	6,11
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2725	26,40	7,19
00000299	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 100 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	2,0000	4,10	8,20
00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1150	22,16	2,55
00020157	SINAPI	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	19,53	19,53
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89591	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	1,0000	129,71	129,71
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4711	22,43	10,57
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4711	26,40	12,44
00000300	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	2,0000	14,21	28,42
00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1750	22,16	3,88
00020152	SINAPI	JOELHO, PVC SERIE R, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	74,41	74,41
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89585	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	1,0000	44,62	44,62

88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2726	22,43	6,11
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2726	26,40	7,20
00000299	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 100 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	2,0000	4,10	8,20
00020078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1150	22,16	2,55
00020151	SINAPI	JOELHO, PVC SERIE R, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	20,56	20,56
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89681	SINAPI	REDUÇÃO EXCÊNTRICA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	1,0000	89,23	89,23
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2478	22,43	5,56
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2478	26,40	6,54
00299	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 100 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	4,10	4,10
0300	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	14,21	14,21
20047	SINAPI	REDUCAO EXCENTRICA PVC, SERIE R, DN 150 X 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	55,61	55,61
20078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1450	22,16	3,21
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500b	Próprio	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC 200 MM X 150 MM	UNIDADE	1,0000	102,07	102,07
02696	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	H	0,2300	20,00	4,60
06111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	0,2300	15,23	3,50
20078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,1200	22,16	2,66
TRT_2502	Próprio	REDUCAO EXCENTRICA PVC, DN 200 X 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UNIDADE	1,0000	91,31	91,31
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
89701	SINAPI	TÊ, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	1,0000	195,80	195,80
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6284	22,43	14,10
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6284	26,40	16,59
00300	SINAPI	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	UN	3,0000	14,21	42,63

20078	SINAPI	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXÕES COM JUNTA ELÁSTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	0,2625	22,16	5,82
20181	SINAPI	TE, PVC, SERIE R, 150 X 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,0000	116,67	116,67
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94715	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC, SOLDÁVEL, DN 110 MM X 4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	291,31	291,31
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3040	22,43	6,82
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3040	26,40	8,03
0075	SINAPI	ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, COM FLANGES LIVRES, 110 MM X 4", PARA CAIXA D'ÁGUA	UN	1,0000	272,72	272,72
0122	SINAPI	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0235	53,70	1,26
20083	SINAPI	SOLUÇÃO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0400	60,84	2,43
38383	SINAPI	LIXA D'ÁGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0313	1,72	0,05
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94703	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	19,53	19,53
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1335	22,43	2,99
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1335	26,40	3,52
0096	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D'ÁGUA	UN	1,0000	12,58	12,58
00122	SINAPI	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0035	53,70	0,19
20083	SINAPI	SOLUÇÃO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0040	60,84	0,24
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94705	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	35,98	35,98
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1415	22,43	3,17
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1415	26,40	3,74
0098	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, 40 MM X 1 1/4", PARA CAIXA D'ÁGUA	UN	1,0000	28,32	28,32
0122	SINAPI	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0059	53,70	0,32
20083	SINAPI	SOLUÇÃO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0070	60,84	0,43
38383	SINAPI	LIXA D'ÁGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0056	1,72	0,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94670	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 110 MM X 4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	66,34	66,34
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3740	22,43	8,39
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3740	26,40	9,87
00103	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 110 MM X 4", PARA AGUA FRIA	UN	1,0000	44,16	44,16
00122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0235	53,70	1,26
03148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0226	7,37	0,17
20083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0400	60,84	2,43
38383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0313	1,72	0,05
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94660	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	7,82	7,82
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0660	22,43	1,48
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0660	26,40	1,74
00000109	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA	UN	1,0000	3,78	3,78
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0059	53,70	0,32
00003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0084	7,37	0,06
00020083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0070	60,84	0,43
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0056	1,72	0,01
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94656	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	3,23	3,23
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0380	22,43	0,85
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0380	26,40	1,00
00000065	SINAPI	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UN	1,0000	0,90	0,90
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0035	53,70	0,19
00003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0053	7,37	0,04

00020083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0040	60,84	0,24
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
102137	SINAPI	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025	UN	1,0000	115,22	115,22
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,4750	23,33	34,41
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,4750	27,37	40,37
00007588	SINAPI	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN	1,0000	40,44	40,44
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94796	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,0000	46,54	46,54
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1900	22,43	4,26
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1900	26,40	5,02
00003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0053	7,37	0,04
00011830	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 3/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	1,0000	37,22	37,22
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500c	Próprio	FILTRO PARA CAPTAR ÁGUA PLUVIAL COM CAP. MÍN. PARA 200 M²	UNIDADE	1,0000	2.241,87	2.241,87
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2100	22,05	26,68
00002696	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	H	1,2100	20,00	24,20
TRT_2503	Próprio	FILTRO PARA CAPTAR ÁGUA PLUVIAL VF1 OU SIMILAR	UNIDADE	1,0000	2.190,99	2.190,99
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ADAP	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648), INCLUSIVE CONEXÕES	M	1,0000	39,90	39,90
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5720	22,43	12,83
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5720	26,40	15,10
9869	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,1000	9,34	10,27
3536	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,1000	2,53	0,25
3501	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,1000	4,32	0,43
7140	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	0,1000	3,93	0,39
000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0045	53,70	0,24

20083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0050	60,84	0,30
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0400	1,72	0,07
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ADAP	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648), INCLUSIVE CONEXÕES	M	1,0000	30,58	30,58
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5110	22,43	11,46
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5110	26,40	13,49
9868	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,1000	4,33	4,76
3529	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,1000	0,76	0,08
3500	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,1000	1,56	0,16
7139	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	0,1000	1,25	0,13
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0040	53,70	0,21
20083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0037	60,84	0,23
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0400	1,72	0,07
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ADAP	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648), INCLUSIVE CONEXÕES	M	1,0000	51,06	51,06
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5410	22,43	12,13
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5410	26,40	14,28
9875	SINAPI	TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,1000	16,09	17,70
3847	SINAPI	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,0800	29,78	2,38
3540	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,1000	5,21	0,52
3503	SINAPI	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	0,0800	7,80	0,62
7139	SINAPI	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	0,1000	1,25	0,13
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0500	53,70	2,69
20083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0085	60,84	0,52
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0500	1,72	0,09
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total

103957	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,0000	4,55	4,55
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0520	22,43	1,17
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0522	26,40	1,38
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0082	53,70	0,44
00000829	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,0000	0,97	0,97
00020083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0095	60,84	0,58
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0120	1,72	0,02
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
104008	SINAPI	TE DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 32 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,0000	30,49	30,49
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2610	22,43	5,85
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2610	26,40	6,89
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0194	53,70	1,04
00007130	SINAPI	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,0000	15,08	15,08
00020083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0248	60,84	1,51
00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0690	1,72	0,12
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
105146	SINAPI	BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	24,12	24,12
104091	SINAPI	TERMOFUSORA PARA TUBOS E CONEXÕES EM PPR COM DIÂMETROS DE 20 A 63 MM, POTÊNCIA DE 800 W, TENSÃO 220 V - CHP DIURNO. AF_05/2022	CHP	0,0730	0,69	0,05
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1072	22,43	2,40
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1072	26,40	2,83
00044177	SINAPI	BUCHA DE REDUCAO, PPR, DN 50 X 32 MM, PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN	1,0000	18,84	18,84
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
91179	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA/PVC ESGOTO/PVC PLUVIAL/CPVC/PPR/COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO 1 1/4", FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE OU PAREDE. AF_09/2023	M	1,0000	17,59	17,59
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0630	22,43	1,41

88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2775	26,40	7,33
00000395	SINAPI	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/4" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	1,7850	4,31	7,69
00004350	SINAPI	BUCHA DE NYLON, DIAMETRO DO FURO 8 MM, COMPRIMENTO 40 MM, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 4,8 X 50 MM	UN	1,8740	0,62	1,16
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
91181	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA/PVC ESGOTO/PVC PLU-VIAL/CPVC/PPR/COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100 MM, COM ABRACADEIRA TIPO D COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO 4", FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE OU PAREDE. AF_09/2023	M	1,0000	24,84	24,84
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0912	22,43	2,05
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4024	26,40	10,62
00000399	SINAPI	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 4" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	1,2346	9,21	11,37
00004350	SINAPI	BUCHA DE NYLON, DIAMETRO DO FURO 8 MM, COMPRIMENTO 40 MM, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 4,8 X 50 MM	UN	1,2963	0,62	0,80
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
94672	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,0000	5,74	5,74
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0574	22,43	1,29
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0574	26,40	1,52
00000122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	0,0035	53,70	0,19
00003148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0053	7,37	0,04
00003522	SINAPI	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,0000	2,47	2,47
00020083	SINAPI	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0040	60,84	0,24
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
86885	SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0000	11,98	11,98
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1523	26,40	4,02
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0480	22,05	1,06
00003146	SINAPI	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	0,0210	2,00	0,04
00011681	SINAPI	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	UN	1,0000	6,86	6,86
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total

94489	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 25 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,0000	23,45	23,45
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0791	22,43	1,77
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0791	26,40	2,09
00011674	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	1,0000	18,29	18,29
00020080	SINAPI	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	0,0400	17,53	0,70
00020083	SINAPI	SOLUÇÃO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	0,0095	60,84	0,58
00038383	SINAPI	LIXA D'ÁGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	UN	0,0080	1,72	0,01
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ADAP	SINAPI/ CPOS /CDHU	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC, COM INDICAÇÃO DE ALERTA	UN	1,0000	30,89	30,89
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1580	22,05	3,48
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1150	26,90	3,09
N.04.000.020304	CPOS/ CDHU	Placa de sinalização em PVC, com indicação de alerta, (150x200x2mm); ref. A00511C da ADVcomm, 590 da TAG Sinalização, A1 da Perfect Vision ou equivalente	UN	1,0000	24,31	24,31
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500d	Próprio	FIXAÇÃO DE TUBO EM PVC, DIÂMETRO ENTRE 40 E 100 MM COM TIRANTE FIXADO EM LAJE	UNIDADE	1,0000	17,13	17,13
104656	SINAPI	MARTELETE PERFURADOR/ ROMPEDOR ELÉTRICO, POTÊNCIA 800 W, 220 V - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	0,0700	0,66	0,05
00039328	SINAPI	PERFILADO PERFURADO 19 X 38 MM, CHAPA 22	M	0,3600	4,59	1,65
7551	ORSE	Barra roscada zincada ø 1/4"	m	1,2000	4,74	5,69
4419	ORSE	Arruela lisa de 5/16"	un	8,0000	0,15	1,20
00039997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIÂMETRO 1/4"	UN	8,0000	0,29	2,32
00002696	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (HORISTA)	H	0,0800	20,00	1,60
00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	0,0800	15,23	1,22
8212	ORSE	Chumbador parabolt Ø 1/4" x 2"	un	2,0000	1,70	3,40
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500e	Próprio	FIXAÇÃO DE PEÇAS ESPECIAIS EM PVC - CURVA LONGA 200MM OU 150 MM COM TIRANTE E APOIO EM AÇO	UNIDADE	1,0000	191,79	191,79
88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,4993	26,71	66,76
7551	ORSE	Barra roscada zincada ø 1/4"	m	4,0000	4,76	19,04
00039328	SINAPI	PERFILADO PERFURADO 19 X 38 MM, CHAPA 22	M	1,2000	4,61	5,53

4419	ORSE	Arruela lisa de 5/16"	un	16,0000	0,15	2,40
00039997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	16,0000	0,29	4,64
00002696	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	H	0,6000	20,00	12,00
00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	3,1000	15,23	47,21
8212	ORSE	Chumbador parabol Ø 1/4" x 2"	un	4,0000	1,70	6,80
E.05.000.026662	CPOS/ CDHU	Chapa de aço ASTM A-36 de 1/4'	KG	1,2000	9,47	11,36
00039914	SINAPI	SOLDA EM VARETA FOSCOOPER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	KG	0,0600	267,43	16,05
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	1,0000	48,63	48,63
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,3557	28,52	38,66
00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	L	0,0255	19,39	0,49
00007311	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L	0,2549	37,16	9,47
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500f	Próprio	BASE EM CONCRETO ARMADO 30 MPA, ESP. 8CM	M²	1,0000	223,89	223,89
102483	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:1,9:2,3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	0,0850	712,48	60,56
00000134	SINAPI	GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL	KG	2,0000	2,11	4,22
00010932	SINAPI	TELA DE ARAME GALVANIZADA QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,19 MM (8 BWG), MALHA 5 X 5 CM, H = 2 M	m²	1,1000	106,21	116,83
00004750	SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	H	1,2000	20,00	24,00
00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	1,2000	15,23	18,28
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500g	Próprio	Fixação de tubo 100 mm por meio de estrutura metálica	UNIDADE	1,0000	520,83	520,83
100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	1,0000	48,63	48,63
4839	ORSE	Abraçadeira em ferro Galvanizado DN 100mm	un	2,0000	4,51	9,02
00039914	SINAPI	SOLDA EM VARETA FOSCOOPER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	KG	0,0900	267,45	24,07
8904	ORSE	Máquina de solda elétrica	h	2,0000	4,00	8,00
00006110	SINAPI	SERRALHEIRO (HORISTA)	H	2,0000	20,00	40,00
00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	3,0000	15,23	45,69

00004750	SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	H	2,0000	20,00	40,00
11287	ORSE	Concreto estrutural, fck=18mpa - Fonte:DNIT (Confeção e lançamento)	m³	0,0500	461,48	23,07
00007307	SINAPI	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	3,0000	38,81	116,43
00004783	SINAPI	PINTOR (HORISTA)	H	2,0000	20,00	40,00
7551	ORSE	Barra roscada zincada ø 1/4"	m	1,0000	4,76	4,76
4419	ORSE	Arruela lisa de 5/16"	un	4,0000	0,15	0,60
6555	ORSE	Porca sextavada 1/4"	un	4,0000	0,29	1,16
00000567	SINAPI	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM AÇO CARBONO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M	0,4000	13,71	5,48
S.04.000.026818	CPOS/ CDHU	Perfil tubular galvanizado 30x30mm, espessura 3mm	M	1,5000	42,08	63,12
D4000 00055	EMBASA	TUBO EM AÇO GALVANIZADO 1.1/2"	M	3,0000	16,93	50,79
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
102609	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 2000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1,0000	1.322,24	1.322,24
88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2686	22,43	6,02
88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2686	26,40	7,09
00034640	SINAPI	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 2000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,0000	1.309,12	1.309,12
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500z	Próprio	SUPORTE PARA DOIS TUBOS 100MM EM AÇO INOX, INCLUINDO ABRAÇADEIRA 4" A 4 3/4"	UNIDADE	1,0000	615,06	615,06
88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,0000	26,71	80,13
88251	SINAPI	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,0000	22,76	68,28
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	26,90	26,90
00012760	SINAPI	CHAPA AÇO INOX AISI 304 NUMERO 4 (E = 6 MM), ACABAMENTO NUMERO 1 (LAMINADO A QUENTE, FOSCO)	m²	0,0700	1.860,66	130,25
00012759	SINAPI	CHAPA AÇO INOX AISI 304 NUMERO 9 (E = 4 MM), ACABAMENTO NUMERO 1 (LAMINADO A QUENTE, FOSCO)	m²	0,0600	1.240,51	74,43
00011929	SINAPI	ABRACADEIRA, GALVANIZADA/ZINCADA, ROSCA SEM FIM, PARAFUSO INOX, LARGURA FITA *12,6 A *14 MM, D = 4" A 4 3/4"	UN	2,0000	13,33	26,66
2.67.47	FDE	PARAFUSO INOX AUTO-ATARR SEXT M6X50	UN	4,0000	1,32	5,28
7861	ORSE	Parafuso em aço inox, cabeça sextavada 3/8" x 70	un	6,0000	1,26	7,56
00004376	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	UN	6,0000	0,25	1,50
F04000 1133	EMBASA	SOLDA INOX UTP-653 4MM	LG	3,0000	64,69	194,07
SERVIÇOS NO TÉRREO E 1º PAVIMENTO						
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total

TRT2500u	Próprio	DESMONTAGEM DE DIVISÓRIA COM REAPRO-VEITAMENTO, INCLUSIVE PORTAS E VISORES	M²	1,0000	15,18	15,18
88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2997	28,58	8,57
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2998	22,05	6,61
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500n	Próprio	REALOCAÇÃO DE LUMINÁRIA EMBUTIDA 625 CM X 125 CM, INCLUSIVE REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE FORRO DE FIBRA MINERAL	UNIDADE	1,0000	17,79	17,79
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	27,37	6,84
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	22,05	5,51
00001013	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	3,0000	1,66	4,98
00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	0,0500	9,00	0,45
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500o	Próprio	REALOCAÇÃO DE PONTO DE EXAUSTÃO, INCLUSIVE REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE FORRO MINERAL	UNIDADE	1,0000	7,39	7,39
88279	SINAPI	MONTADOR ELETROMECHANICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1498	27,30	4,09
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1498	22,05	3,30
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500p	Próprio	REALOCAÇÃO DE PONTO ELÉTRICO DUPLO	UNIDADE	1,0000	27,34	27,34
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2499	27,37	6,84
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2499	23,33	5,83
91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	3,0000	4,74	14,22
00020111	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	0,0500	9,00	0,45
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500q	Próprio	REALOCAÇÃO DE PONTO DUPLO DE REDE LÓGICA	UNIDADE	1,0000	80,21	80,21
88266	SINAPI	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3497	29,82	10,43
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3497	23,33	8,16
6635	ORSE	Conector rj-45 fêmea cat 6	un	2,0000	30,81	61,62
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
98297	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	M	1,0000	9,98	9,98
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0072	23,33	0,17

88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0095	27,37	0,26
39599	SINAPI	CABO DE REDE, PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 6 (CAT 6), ISOLAMENTO PVC (LSZH)	M	1,0500	9,10	9,56
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
97660	SINAPI	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	1,0000	0,67	0,67
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0075	27,37	0,21
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0210	22,05	0,46
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
92023	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	48,78	48,78
91946	SINAPI	SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 2" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	10,57	10,57
92022	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	38,21	38,21
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500w	Próprio	TOMADA RJ 45 PARA DOIS MÓDULOS, INCLUINDO CONDULETE OU CAIXA, TAMPA	UNIDADE	1,0000	133,12	133,12
13604	ORSE	Tomada lógica RJ-45, com 2 módulos - Sistema X	un	1,0000	81,34	81,34
171184	SEDOP	Tampa espelho p/ RJ-45 de 02 saídas	un	1,0000	51,78	51,78
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ADAP	SINAPI/ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR RJ 45 MACHO CAT 6	un	1,0000	7,52	7,52
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0861	27,37	2,36
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0861	22,05	1,90
12118	ORSE	Conector rj-45 macho, cat.6	un	1,0000	3,26	3,26
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	45,72	45,72
91946	SINAPI	SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 2" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	10,57	10,57
91991	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,0000	35,15	35,15
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
91854	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,0000	9,65	9,65

88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1335	23,33	3,11
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1335	27,37	3,65
02688	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	1,0170	2,83	2,88
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,0000	5,35	5,35
88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0286	23,33	0,67
88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0286	27,37	0,78
00001022	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	1,2434	3,11	3,87
00021127	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	0,0094	3,40	0,03
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
106144	SINAPI	PORTA-PRONTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 80X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	1,0000	1.104,57	1.104,57
88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,3134	28,58	37,54
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3712	22,05	8,18
00038124	SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	0,7524	23,70	17,83
00039500	SINAPI	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 40 MM A 45 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA EXTERNA)	UN	1,0000	1.041,02	1.041,02
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
90822	SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	1,0000	421,91	421,91
88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,2420	28,58	64,08
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6336	22,05	13,97
00002432	SINAPI	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	3,0000	31,26	93,78
00010555	SINAPI	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	1,0000	246,72	246,72
00011055	SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1")	UN	19,8000	0,10	1,98

00011945	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S4	UN	19,8000	0,07	1,39
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
96361	SINAPI	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	m²	1,0000	141,38	141,38
88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7260	21,37	15,51
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2370	22,05	5,23
00037586	SINAPI	PINO DE ACO COM ARRUELA CONICA, DIAMETRO ARRUELA = *23* MM E COMP HASTE = *27* MM (ACAO INDIRETA)	CENTO	0,0592	48,76	2,89
00039413	SINAPI	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	m²	2,1060	22,49	47,36
00039419	SINAPI	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M	1,8234	6,89	12,56
00039422	SINAPI	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M	5,8278	7,82	45,57
00039431	SINAPI	FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	2,5027	0,35	0,88
00039432	SINAPI	FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	1,5851	3,12	4,95
00039434	SINAPI	MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	1,0978	3,90	4,28
00039435	SINAPI	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	20,1868	0,10	2,02
00039443	SINAPI	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	0,5441	0,24	0,13
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
104757	SINAPI	FORRO EM FIBRA MINERAL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	1,0000	117,48	117,48
88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7150	21,37	15,28
00039430	SINAPI	PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	UN	0,9410	1,91	1,80
00039443	SINAPI	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	3,1846	0,23	0,73
00039514	SINAPI	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN	2,7366	29,70	81,28
00039570	SINAPI	PERFIL TRAVESSA (SECUNDARIO), T CLICADO, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 1250 MM (L X C)	M	2,8019	4,52	12,66

00039571	SINAPI	PERFIL LONGARINA (PRINCIPAL), T CLICADO, EM ACO, BRANCO NAS FACES APARENTES, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 32 X 3750 MM (L X H X C	M	1,0189	4,60	4,69
00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	0,0094	26,51	0,25
00043131	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	KG	0,0283	27,88	0,79
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500r	Próprio	MANTA LA DE VIDRO SEM REVESTIMENTO PSI 40, PARA FINALIDADE ACÚSTICA, E = 50 MM, LARGURA DE 1200 X 600 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM PAREDES DE PLACA DE GESSO ACORTONADO	M²	1,0000	49,57	49,57
10.01.059	FDE	ISOLACAO TERMOACUSTICA - LA DE VIDRO E=2"	m²	1,0700	40,24	43,06
88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1500	21,37	3,21
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1500	22,05	3,31
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	1,0000	3,94	3,94
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0666	28,52	1,90
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0222	22,05	0,49
00006085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	0,1666	9,48	1,58
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
104646	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MECANIZADO. AF_04/2023	m²	1,0000	8,66	8,66
104520	SINAPI	LIXADEIRA DE PAREDE, COM LED, POTÊNCIA 750 W, FREQUÊNCIA 60 HZ, VELOCIDADE 1000 A 2100 RPM, DIÂMETRO DA LIXA 225 MM - CHP DIURNO. AF_12/2022	CHP	0,0090	0,60	0,01
104521	SINAPI	LIXADEIRA DE PAREDE, COM LED, POTÊNCIA 750 W, FREQUÊNCIA 60 HZ, VELOCIDADE 1000 A 2100 RPM, DIÂMETRO DA LIXA 225 MM - CHI DIURNO AF_12/2022	CHI	0,0070	0,02	0,00
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1890	28,52	5,39
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0620	22,05	1,37
00003767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	0,0401	0,86	0,03
00043626	SINAPI	MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	0,7288	2,56	1,87
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
104641	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1,0000	9,31	9,31
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1630	28,52	4,65
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0542	22,05	1,20
00035693	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	0,2677	12,96	3,47

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
102214	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	1,0000	20,65	20,65
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4710	28,52	13,43
00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	L	0,0304	19,39	0,59
00010475	SINAPI	VERNIZ TIPO COPAL PARA MADEIRA, BRILHANTE, USO INTERNO	L	0,2030	32,63	6,62
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	1,0000	57,93	57,93
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3540	26,90	9,52
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,1955	22,05	48,41
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
87561	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO, APLICADA COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE ARGAMASSA EM PAREDES INTERNAS, E = 10MM, SEM TALISCAS. AF_03/2024	m²	1,0000	41,82	41,82
87407	SINAPI	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PARA REVESTIMENTOS, MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M³/H DE ARGAMASSA. AF_08/2019	m³	0,0194	1.729,86	33,56
88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2790	26,90	7,51
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0344	22,05	0,76
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500y	Próprio	VISOR EM ALUMÍNIO 4MM, DIM. 1,20MX1,05M, COM REQUADRO EM ALUMÍNIO NATURAL	UNIDADE	1,0000	404,32	404,32
88325	SINAPI	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	22,47	33,71
88251	SINAPI	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	22,76	34,14
88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	26,71	40,07
00010492	SINAPI	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	m²	1,3900	190,00	264,10
033556	IOPES	PERFIL "U" EM ALUMINIO ANODIZADO FOSCO 1/2" X 1/2" ESP. 1/16"	M	4,5000	5,04	22,68
B.09.000.039074	CPOS/ CDHU	Cola de poliuretano PU	KG	0,2494	25,84	6,44
00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	0,1200	26,51	3,18
		IMPERMEABILIZAÇÃO - TRATAMENTOS DIVERSOS NA COBERTA				
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
TRT2500t	Próprio	LIMPEZA DE CALHA POR HIDROJATEAMENTO, COM PRÉVIA REMOÇÃO DE SUJIDADES	M²	1,0000	4,32	4,32
15.90.18	EMBASA	HIDROJATEAMENTO	m²	1,0000	2,60	2,60
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0500	22,05	1,10

02.03.18	EMBASA	VARRIÇÃO DE ÁREAS	m²	1,0000	0,48	0,48
00038367	SINAPI	ESPATULA EM ACO INOX COM CABO DE MADEIRA E LARGURA DE *8* CM	UN	0,0100	13,84	0,14
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	1,0000	3,94	3,94
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0656	28,52	1,87
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0220	22,05	0,49
00006085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	0,1666	9,48	1,58
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ED-20378	SETOP	LIXAMENTO MECANIZADO EM PAREDE E TETO PARA REMOÇÃO DE TINTA ACRÍLICA/LÁTEX, MASSA PVA E GESSO	m²	1,0000	1,28	1,28
EQED-20347	SETOP	LIXADEIRA TELESCÓPICA COM COLETOR DE PÓ (ALIMENTAÇÃO: ELETRICIDADE POTÊNCIA: 750W TENSÃO: 127V DIÂMETRO: 225MM* CONSUMO:0,75KWH PESO*: 5KG MODELO REFERÊNCIA: LPL450, NAGANO NLP, MENEGOTTI MLP750H OU EQUIVALENTE OPERADOR: NÃO INCLUSO)*VALORES REFERENCIAIS APROXIMADOS	CHP	0,3200	0,89	0,28
EQED-20347	SETOP	LIXADEIRA TELESCÓPICA COM COLETOR DE PÓ (ALIMENTAÇÃO: ELETRICIDADE POTÊNCIA: 750W TENSÃO: 127V DIÂMETRO: 225MM* CONSUMO:0,75KWH PESO*: 5KG MODELO REFERÊNCIA: LPL450, NAGANO NLP, MENEGOTTI MLP750H OU EQUIVALENTE OPERADOR: NÃO INCLUSO)*VALORES REFERENCIAIS APROXIMADOS	CHI	0,8900	0,04	0,04
SETOP	MATED-20381	DISCO DE LIXA (DIÂMETRO: 225MM[9"] GRÃO 180)	un	5,7500	0,0061538	0,04
SETOP	ED-50365	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0370	24,9300000	0,92
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
98554	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	1,0000	53,04	53,04
88243	SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1283	22,98	2,95
88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5703	26,90	15,34
00043147	SINAPI	MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ACRILICA MONOCOMPONENTE	KG	1,2000	28,96	34,75
		LIMPEZA E REMOÇÃO DE ENTULHOS				
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
99813	SINAPI	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO/ MÁRMORE/ GRANITO EM PAREDE UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_10/2025_PS	m²	1,0000	2,85	2,85
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1040	22,05	2,29
00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	L	0,0220	19,39	0,43
00013261	SINAPI	FLANELA *30 X 40* CM	UN	0,0313	1,88	0,06

00044329	SINAPI	DETERGENTE NEUTRO USO GERAL, CONCENTRADO	L	0,0063	11,99	0,08
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
99820	SINAPI	LIMPEZA DE JANELA INTEIRAMENTE DE VIDRO. AF_10/2025_PS	m²	1,0000	2,44	2,44
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0850	22,05	1,87
00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	L	0,0222	19,39	0,43
00013261	SINAPI	FLANELA *30 X 40* CM	UN	0,0314	1,88	0,06
00044329	SINAPI	DETERGENTE NEUTRO USO GERAL, CONCENTRADO	L	0,0063	11,99	0,08
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
26	ORSE	Coleta e carga manuais de entulho	m³	1,0000	18,44	18,44
10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	h	1,0000	3,86	3,86
6111/SINAPI	ORSE	Servente de obras (horista)	h	1,0000	14,58	14,58
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
13197	ORSE	Locação de caixa coletora de entulho capacidade 5 m³ (Local: Aracaju), prazo máximo de 7 dias, inclusive descarte. Rev 01_03/2025	un	1,0000	350,00	350,00
7962	ORSE	Locação de caixa coletora de entulho capacidade 5 m³ (Local: Aracaju)	un	1,0000	350,00	350,00

João Pessoa, 13 de abril de 2026

FÁBIO DE OLIVEIRA LUCENA
Integrante Técnico - Analista Judiciário
Matrícula 235.215.578

ANEXO V – BDI

COMPOSIÇÃO DE BDI– BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS – OBRAS CIVIS

Com desoneração sobre a folha de pagamento - Fórmula e parâmetros estabelecidos pelo Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário

FÓRMULA ADOTADA

$$\text{BDI (\%)} = \{[(1+AC+S+R+G) \times (1+DF) \times (1+L) / (1-I)] - 1\} \times 100$$

Onde:

AC – Administração Central;

S – Seguros

R – Riscos

G – Garantias;

DF – Despesas Financeiras

L – Lucro/Remuneração

I - Tributos

ÍNDICES ADOTADOS PARA ESTA LICITAÇÃO:

AC = 3,00 %

S + G = 0,80%

R = 0,97%

DF = 1,23%

L = 3,1321%

I = 8,85%, conforme tabela abaixo:

TRIBUTO	%	Obs.:
PIS	0,65	
COFINS	3,00	
INSS (CTRB)	2,70	Contribuição previdenciária sobre a receita bruta, com desoneração na folha (consoante a LEI 13.161/2015).
ISS	2,50	ISS da Prefeitura de João Pessoa. A parte do serviço corresponde a aproximadamente 50% do total do valor (a diferença diz respeito a insumos). 2,50% = 0,50 * 5%
TOTAL (I)	8,85	

BDI CALCULADO = 20,00%

João Pessoa, 13 de abril de 2026

Fábio de Oliveira Lucena
Eng. Civil TRT13

ANEXO VI – MODELO DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE O SALÁRIO MÊS – COM DESONERAÇÃO
UF: PARAÍBA Vigência: a partir de 01/2025 (Fonte: CEF)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA	MENSALISTA
GRUPO A			
A1	INSS	5,00%	5,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,02%	Não incide
B2	Feriados	4,31%	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,04%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	9,76%	7,42%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
B	Total	46,88%	17,11%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,53%	3,45%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas + 1/3	4,29%	3,26%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,96%	2,25%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%
C	Total	12,27%	9,33%
GRUPO D			
D1	Reincidência de A sobre B	9,67%	3,31%
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,39%	0,29%
D	Total	10,06%	3,60%
TOTAL (A+B+C+D)		91,01%	51,84%

Fonte: informação dias de chuva - INMET

João Pessoa, 13 de abril de 2026

Fábio de Oliveira Lucena
Eng. Civil TRT13



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE
À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Civil ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA ou qualquer outro Conselho de Classe, ou ainda Técnico em Edificações ou Técnico em Construção Civil ou outro profissional de formação equivalente cuja formação seja aceita pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO III

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO DA
LICITAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO III

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
LOCAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1 – TERMO DE VISTORIA

Atestamos que, _____ Representante Legal da empresa _____, realizou na data de ____/____/2026, a vistoria referente ao Certame denominado Pregão Eletrônico nº ____/2026, cujo objeto é a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário, especializada para execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da cobertura, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que, em nome da empresa, está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto desta Licitação), abdicando assim a empresa a qual representa do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

João Pessoa/PB, de de 2026

Responsável pela emissão do Termo de Vistoria

Representante Legal

2 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaramos, para fins de cumprimento ao que dispõe o Edital de Pregão Eletrônico Nº..... /2026, que a empresa....., CNPJ....., para os fins que se façam necessários, que está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto desta Licitação), abdicando assim a empresa a qual representam, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame

João Pessoa/PB, de de 2026

Responsável legal da Empresa

Representante Legal



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A
RESOLUÇÃO CNJ N° 229/2016 DE 22/06/2016**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNJ N°
229/2016 DE 22/06/2016**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na Resolução CNJ N° 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
(INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

a) não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016 e que ;

b) não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

.....
(data)

.....
(representante legal)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991 C/C RECOMENDAÇÃO
CSJT Nº 24, DE 21 MARÇO DE 2022**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991 C/C RECOMENDAÇÃO CSJT Nº 24,
DE 21 MARÇO DE 2022**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por
intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c
Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das
cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado
de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam
compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

.....
(data)

.....
(representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA

CONTRATO TRT N.º _____/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA CIVIL NO FÓRUM MAXIMIANO FIGUEIREDO (INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO NAS SALAS DO CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA, REVISÃO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO E A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO, pessoa jurídica, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.658.544/0001-70, denominado **CONTRATANTE**, representado por seu Diretor-Geral, ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta do **Proad TRT n.º 2.658/2026**, firmam o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se:

I. No Pregão Eletrônico TRT nº 900XX/2026, conforme o art. 28, I, e o art. 6º, XXI, alínea “a”, da Lei n.º 14.133/2021;

II. Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:

a) constem no PROAD 2.658/2026;

b) não contrariem o interesse público;

III. Nos preceitos de direito público; e,

IV. Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preço unitário, para execução de serviços de reforma civil no Fórum Maximiano Figueiredo (instalação de isolamento acústico nas salas do CEJUSC 1º GRAU, CREF, DPP), instalação de sistema de captação de água de chuva, revisão da impermeabilização da cobertura, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, que independente de transcrição é parte integrante deste instrumento.

2.2. A descrição da solução como um todo contempla:

a) Serviços diversos de remoção e retirada de alvenaria, divisórias, instalações elétricas e de rede etc.;

b) Execução de elementos acima mencionados em nova configuração;

c) Instalação de painéis em gesso acartonado, com isolamento acústico;

d) Instalação de tubulações, conexões e filtros para captação e aproveitamento de águas pluviais;

e) Instalação de bombas hidráulicas e quadro de comando;

f) Tratamento de calhas e paredes com impermeabilização acrílica;

g) Demais serviços complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo total de vigência será de 6 (seis) meses, contado da assinatura do contrato.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Deve-se ressaltar que, independentemente da extinção do contrato, seus efeitos podem se estender até 12 (doze) meses após o recebimento definitivo, em virtude das garantias dos materiais, equipamentos e serviços.

3.4. O prazo para início dos serviços é de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza – CAEMA.

3.5. O prazo de conclusão dos serviços é de 4 (quatro) meses, a contar do início efetivo dos serviços.

3.5.1. O prazo de conclusão poderá ser prorrogado, desde que presentes motivos supervenientes, devidamente justificados e aceitos pela Administração. Os dias não trabalhados sem justificativas deverão ser repostos pela CONTRATADA, às suas expensas.

3.6. O prazo de garantia dos serviços, dos materiais e dos equipamentos não será inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA-PB, CAU-PB (ou outro conselho de classe) assinada pelo responsável técnico da execução, bem como demais taxas originadas face à execução dos serviços;

4.2. Executar os serviços estabelecidos pelo TRT, através de equipe e pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e sob sua supervisão direta, obrigando-se a indenizar ao TRT, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização da parte desta, quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios e máquinas, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros durante a execução dos serviços;

4.3. Recrutar e contratar mão de obra, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade do TRT, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, a responsabilidade pela coordenação e fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

4.4. Executar os serviços dentro da melhor técnica de engenharia, utilizando materiais novos, dentro das especificações do fabricante e das prescrições do INMETRO e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras normas congêneres;

4.5. Da Segurança do Trabalho:

4.5.1. Das disposições gerais

Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação vigente aplicável e as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, da Portaria N° 3.214, de 08 de junho de 1978, e suas atualizações, não sendo possível a alegação de desconhecimento de quaisquer Leis, Decretos, Portarias, Notificações, Normas Técnicas e de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, bem como daquelas oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho, mesmo que as mesmas não estejam mencionadas no Termo de Referência;

a. Apresentar ao gestor do contrato, antes do início das obras, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a NR 01

e a NR 18, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme a NR 07, cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) com a definição de apto para a função do empregado, e as Ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho (NR 01);

b. Quando da execução de qualquer trabalho, a CONTRATADA deverá isolar o local do serviço, com anteparos físicos, fitas e avisos, caso necessário;

c. Dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer incidente ou acidente de trabalho ocorrido durante a execução dos serviços;

4.5.2. Dos equipamentos de proteção individual (EPI's)

a. Devem ser fornecidos e garantida a utilização dos EPI's especificados no PGR, sendo no mínimo, os seguintes EPI's: calçados de segurança compatíveis com riscos da construção civil, luvas de proteção de materiais que resistam à abrasão, capacete;

b. Para aqueles que forem exercer trabalho em altura, deverão, além dos EPI retromencionados, serem fornecidos cintos de segurança do tipo paraquedista e talabarte. Caso os pontos de ancoragem sejam do tipo A ou B, os talabartes devem ter absorvedor de energia. Os capacetes para trabalhos em altura devem possuir jugular;

c. Antes do início das obras, a CONTRATADA deve apresentar ao gestor do contrato a lista de EPI fornecida por trabalhador, com documentação comprobatória, além dos respectivos Certificados de Aprovação.

4.5.3. Do trabalho em altura

a. Os trabalhadores que exercerem atividades em altura, conforme a NR 35, devem ser formalmente autorizados pela CONTRATADA, após ter treinamento comprovado (item 35.4.2 da

NR 35) e aptidão para trabalho em altura consignada em Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). Os referidos certificados de treinamento e os Atestados de Saúde Ocupacional devem ser apresentados pela CONTRATADA antes do início das obras;

b. Conforme determina a NR 35, assegurar a realização da Análise de Risco – AR e a emissão da Permissão de Trabalho – PT, acessível no local de execução da atividade;

c. Apresentar ao gestor do contrato a descrição do sistema de proteção contra quedas (SPQI/SPQC) que será utilizado e o Plano de Emergência com as ações de respostas às emergências que envolvam o trabalho em altura (NR 35).

4.5.4. Da estrutura, montagem e utilização de andaimes

a. Os andaimes devem ter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA-PB, CAU-PB (ou outro conselho de classe) de montagem;

b. As torres de andaimes, quando não estaiadas ou não fixadas à estrutura, não podem exceder, em altura, 4 (quatro) vezes a menor dimensão da base de apoio, conforme item 18.12.3 da NR 18;

c. Os andaimes devem possuir registro formal de liberação de uso assinado por profissional qualificado em segurança do trabalho ou pelo responsável pela frente de trabalho ou da obra, conforme item 18.12.4 da NR 18;

d. O andaime tubular deve possuir montantes e painéis fixados com travamento contra o desencaixe acidental, conforme item 18.12.7 da NR 18.

4.5.5. Segurança em instalações e serviços em eletricidade – além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, os profissionais deverão comprovar curso atualizado e condição de saúde, conforme a NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

4.5.6. Da utilização de equipamentos e maquinários

a. Utilizar os equipamentos adequados, necessários à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e danos materiais que possam ocasionar ao TRT da 13ª Região ou a terceiros;

b. As betoneiras devem estar protegidas com aterramento conforme item 18.6.8 da NR 18. O aterramento deve ser comprovado por laudo de aterramento conforme NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão) e assinado por profissional habilitado.

4.6. Para fins de comunicação entre as partes contratantes, eventuais mudanças de endereço e correio eletrônico da CONTRATADA deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

4.6.1. De acordo com a previsão estabelecida no art. 44, §2º da IN nº 5/2017 – MPDG, as comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

4.7. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a equipamentos, ferramentas, insumos, materiais, impostos, taxas, frete, deslocamentos e demais encargos decorrentes do serviço;

4.8. Reparar prontamente os danos ou avarias causadas por seus empregados aos bens do TRT ou de terceiros;

4.9. Responder por defeitos decorrentes dos serviços objeto do contrato, os quais são de sua exclusiva responsabilidade;

4.9.1. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRT, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.10. Dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

4.11. Providenciar a regularização dos serviços atrasados e/ou realizados fora dos padrões de qualidade e eficiência, assim constatados mediante comunicação escrita ou por e-mail, num prazo de 24 (vinte e quatro)

horas, refazendo às suas custas, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pelo Gestor, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção. Poderá, conforme circunstâncias excepcionais, este prazo ser prorrogado, mediante autorização do Gestor do Contrato;

4.12. Fornecer ao TRT sugestões e modificações que visem à melhoria e o perfeito desempenho dos equipamentos;

4.13. Pagar em dia seus empregados, e apresentar ao Tribunal, sempre que solicitado, cópia das folhas de pagamento, contracheques etc., relativos aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, bem como o comprovante/guias de recolhimentos dos impostos, contribuições e outros incidentes sobre esses serviços (INSS, FGTS etc.);

4.14. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal do TRT da 13ª Região, clientes, visitantes e demais contratados, podendo a Fiscalização exigir a retirada daqueles cujas condutas sejam julgadas inconvenientes;

4.15. Diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos neste Contrato;

4.16. Coordenar e supervisionar seus empregados, de forma que os serviços sejam realizados a tempo e a contento, nos padrões de qualidade exigidos pelo TRT, promovendo os meios necessários para que seus empregados tenham plenas condições de trabalho, sejam eles de transporte, alimentação ou outra qualquer;

4.17. Indicar seu preposto e respectivo substituto, que serão responsáveis pelo recebimento das demandas encaminhadas (Art. 118 da Lei nº 14.133/2021);

4.18. Assumir total responsabilidade sobre equipamentos, móveis e utensílios colocados à disposição para execução dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo ao TRT as despesas decorrentes da má utilização deles por empregados e/ou terceiros sob a sua responsabilidade;

4.19. Informar ao TRT da 13ª Região, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e o respectivo número da carteira de identidade dos empregados e/ou terceiros alocados na prestação dos serviços;

4.20. Dar sempre como conferido e perfeito o serviço executado, cumprindo, rigorosamente, os cronogramas estabelecidos pelo TRT e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venha a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, de modo direto e indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para o TRT;

4.21. Manter seus empregados, quando em serviço no TRT, devidamente identificados com crachá e uniformizados adequadamente;

4.22. Indenizar todos os custos e despesas financeiras que porventura venham a ser suportadas pelo TRT, por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre o Tribunal e os empregados da CONTRATADA;

4.23. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do TRT da 13ª Região;

4.24. Executar os serviços que produzem ruídos significativos (demolições, remoção de entulhos com grandes volumes) entre 17:00 e 22:00, nos dias normais do expediente, ou nos finais de semana e feriados, caso necessário, em comum acordo com a Fiscalização;

4.25. Arcar com o ônus do transporte dos materiais até o local de instalação e execução dos serviços contratados, bem como a retirada de qualquer tipo de entulho, lixo ou material de descarte resultante da execução dos serviços contratados, na forma recomendada pelos órgãos competentes e de forma sustentável, fornecendo para a Fiscalização a documentação que comprova o descarte correto dos resíduos de obra (CTR);

4.26. Substituir, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer funcionário, por solicitação da administração do TRT, independentemente da razão ou motivo;

4.27. Manter atualizada, durante toda a execução do objeto do presente contrato, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, conforme Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA informar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência;

4.28. Entregar os serviços constantes do Termo de Referência atendendo as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, atualizada pelo Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST nº 71, de 10 de setembro de 2025, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especificamente, os constantes dos itens: 13. AQUISIÇÃO DE BENS e 14. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, 14.6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS, 14.8 GESTÃO DE RESÍDUOS DE OBRAS, in verbis:

13. AQUISIÇÃO DE BENS

Produtos

Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, devem-se adotar critérios e práticas sustentáveis, dentre as quais a maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia, a maior vida útil e o menor custo de manutenção do bem. (Grifo nosso)

14. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade. Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:

- Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;*

- Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
- Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e
- Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.

A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

14.6. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS

- Nos contratos de manutenção de equipamentos, utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.

- A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006.

14.8 GESTÃO DE RESÍDUOS EM OBRA

Para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação, a contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos (CTR) em conformidade com as normas ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

O CTR deverá ser emitido em três vias (gerador, transportador e destinatário) e ter um conteúdo mínimo, a saber:

- Transportador – nome, CPF e/ou razão social e inscrição municipal;
- Gerador / origem – nome, CPF e/ou razão social e CNPJ;
- Endereço da retirada;
- Destinatário – nome, CPF e/ou razão social e CNPJ;
- Endereço do destino;
- Volume (m³) ou quantidade (t) a ser transportada;
- Descrição do material predominante – solo, material asfáltico, madeira, concreto/argamassas/alvenaria, volumosos (incluindo pedras) ou outros (especificar);
- Data;
- Assinatura do transportador;
- Assinatura da área de transbordo e triagem; e
- Assinatura da área de destinação de resíduos.

4.29. A CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 2º, inc. VI, da Resolução CNJ nº 07/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 229/2016, o qual dispõe sobre a vedação nas contratações, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha

em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

4.29.1. Para fins de cumprimento ao disposto no subitem 4.29 supra, deverá ser apresentada declaração de conformidade;

4.30. A CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV, da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

4.31. A CONTRATADA deverá realizar cadastro junto ao sistema SIGEO, por meio do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, para os fins estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato.

– Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, encontra-se disponível na internet manual de ajuda do fornecedor, que pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>;

4.32. Preencher diariamente registros dos serviços e das equipes de trabalho por meio de Diário de Obra/Serviço constante do Caderno de Especificações (Anexo II do Termo de Referência);

4.33. Observar, no que couber, o disposto no Art. 8º, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 114/2010 (absorção de egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%);

4.34. Observar a política de prevenção e combate ao assédio do TRT 13ª Região (Resolução Administrativa 104/2022), bem como as prescrições da Resolução CNJ 351/2020.

4.34.1. A observância da política de que trata esta subcláusula visa à promoção de relações saudáveis de trabalho, prevenção e mitigação de riscos

de práticas abusivas e discriminatórias, enfrentamento da discriminação, assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros temas correlatos.

4.35. A CONTRATADA deverá adotar, durante toda a execução contratual, práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021, alterada pela Resolução CNJ nº 641, de 2025, e da Lei nº 14.133/2021.

4.36. Cumprir, ao longo de toda a execução do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando cabíveis.

4.36.1. Sempre que solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item 4.36, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

4.37. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quanto ao preenchimento de parte do seu quadro de pessoal com pessoas com deficiência, bem como a Recomendação CSJT nº 24, de 21 de março de 2022, visando à inclusão no mercado de trabalho também de pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

4.38. Observar os regramentos dispostos no Ato TRT13.SGP nº 121, de 30 de junho de 2025 – Institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, cujo acesso poderá ocorrer através do link <https://normasinternas.trt13.jus.br/xmlui/handle/bdtrt7/128291>.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços e permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos mesmos, quando em serviço e devidamente identificados, para a perfeita execução dos serviços;

5.1.1. O TRT disponibilizará ambiente com acesso restrito à CONTRATADA em cada local de serviço para guarda de suas ferramentas, materiais e equipamentos de pequeno porte;

5.2. Dar providências às recomendações da CONTRATADA, concernentes às condições de uso correto do(s) equipamentos instalados, divulgar orientações e fiscalizar procedimentos;

5.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA os casos de emergência (por exemplo, curto-circuito em quadros elétricos), impedindo o uso ou liberação do equipamento até a chegada do pessoal da CONTRATADA;

5.4. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços ou de falha dos equipamentos;

5.5. Responder à CONTRATADA a respeito de pedidos de prorrogações de prazos dos serviços de manutenção corretiva, instalação ou remoção ou instalação de equipamentos;

5.6. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no contrato;

5.7. Emitir a(s) Nota(s) de Empenho;

5.8. Receber os serviços entregues de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência/Edital e proposta apresentada, após verificação minuciosa da conformidade dos produtos entregues com tais especificações;

5.9. Designar representante(s) da área demandante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual ficará responsável por determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

5.10. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência dessa, não implica corresponsabilidade da Administração ou de

seus agentes e prepostos, em conformidade com o Inciso II do § 4º do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

5.11. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais;

5.11.1. O servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo impulsionará tal processo administrativo, através de relatório que indique as falhas ocorridas e as penalidades a serem aplicadas, conforme Edital;

5.12. Durante a realização do certame, caberá ao Pregoeiro a realização de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitindo os resultados respectivos, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido, conforme previsão estabelecida pela Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO, DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O Contrato será gerido por uma Comissão designada pelo TRT13. Esta, normalmente, é composta por um gestor titular, um gestor substituto e fiscais técnicos. À Comissão de Fiscalização e Acompanhamento compete, entre outras atribuições:

6.1.1. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

6.1.2. Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstituir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

6.1.3. Dar a palavra final sempre que ocorrerem dúvidas quanto à interpretação de especificações de materiais ou serviços;

6.1.4. Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

6.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATADA os casos de emergência (por exemplo, curto-circuito em quadros elétricos), impedindo o uso ou liberação do equipamento até a chegada do pessoal da CONTRATADA;

6.1.6. Responder à CONTRATADA a respeito de pedidos de prorrogações de prazos dos serviços de manutenção corretiva, instalação ou remoção ou instalação de equipamentos;

6.1.7. Receber os serviços entregues de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência/Edital e proposta apresentada, após verificação minuciosa da conformidade dos produtos entregues com tais especificações;

6.1.8. Instruir os elementos necessários (medição, informações, atestos) para o processo de pagamento devido nas condições estabelecidas no contrato;

6.1.9. Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

6.2. As comunicações se darão conforme o item 5.5 do Termo de Referência.

6.3. Após a formalização do contrato, será agendada uma reunião preliminar para delineamento operacional dos serviços, a fim de sejam dados os esclarecimentos técnicos, de segurança do trabalho, de logística, do cronograma real dos serviços.

6.4. O acompanhamento dos serviços ocorrerá de forma presencial nos locais de serviço e deverá ser subsidiado e documentado em registros diários dos serviços e das equipes de trabalho por meio de Diário de Obra/Serviço, segundo modelo do Apêndice I do Anexo II (caderno de especificações) do Termo de Referência.

6.5. Deverá ser mantido nos locais de serviço um preposto, como encarregado geral dos serviços, ou em sua ausência, o engenheiro responsável.

6.6. Não obstante a CONTRATADA ser única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste contrato, o CONTRATANTE se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos realizados, sem que isto implique restrição à responsabilidade da CONTRATADA;

6.7. A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por eventuais erros ou omissões das quais decorram prejuízos a este Tribunal ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho Resumido 251090, Natureza de Despesa 339039, tendo sido emitida Nota de Empenho n.º 2026NE000XXX.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O valor total deste contrato é de R\$ X.XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

8.2. Nos valores acima, estão incluídos todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado, inclusive o pagamento de impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes sobre sua execução.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Em conformidade com o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

9.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação escrita da CONTRATADA;

9.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pelo TRT13, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 10 (dez) dias úteis.

9.2. Os serviços executados em desconformidade com o especificado no Termo de Referência ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a corrigi-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento da notificação, sob pena de glosa dos custos previstos na proposta e não comprovados, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas no item 12 do Termo de Referência;

9.3. As notificações relacionadas à execução do Contrato, inclusive relacionadas à apresentação de documentos, suspendem os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DEZ – DO PAGAMENTO

10.1. Tendo em vista se tratar de contrato sob o regime de execução do tipo empreitada por preços unitários, os serviços serão remunerados, mensalmente, conforme serviços executados, previamente definidos na planilha orçamentária contratual, segundo os seguintes critérios:

- a) O pagamento se dará em moeda corrente (Real);
- b) A periodicidade dos pagamentos será mensal, para serviços da planilha orçamentária, completamente executados;
- c) As medições devem ser acompanhadas da memória de cálculo, completa e contendo todas as informações necessárias à compreensão e identificação por parte da Fiscalização, correspondente às relações dos serviços efetivamente concluídos. A memória de cálculo deverá indicar de forma clara e inequívoca os serviços realizados de modo a permitir a identificação das parcelas executadas distinguindo-as das não executadas, bem como separação por localização dos serviços.

10.2. Os serviços de Administração Local serão remunerados com valor proporcional ao montante financeiro da produção direta, em atendimento ao item 9.3.2.2 do Acórdão nº 2.622/2013 do TCU;

10.3. O pagamento de quaisquer despesas somente poderá ser efetuado aos fornecedores de bens e serviços do TRT13 que estiverem cadastrados e enviarem as notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista no sistema SIGEO, sendo obrigação da CONTRATADA efetuar o cadastro no referido sistema, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato, conforme estabelecido na subcláusula 4.31;

10.3.1. A CONTRATADA deverá enviar, até o quinto dia útil contado da entrega do objeto, notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista, por meio do sistema SIGEO;

10.4. As medições e posterior pagamento seguirão os seguintes procedimentos:

I. Encaminhamento à Fiscalização do boletim de medição, acompanhada das memórias de cálculo (em formato de planilha eletrônica – Excel ou equivalente) e demais elementos e documentações necessárias;

II. A Fiscalização analisará todo o material apresentado, emitindo parecer conclusivo a respeito da sua adequabilidade das informações contidas, à luz das regras estabelecidas no Termo de Referência;

III. Em caso de conformidade do material apresentado, a Fiscalização atestará o boletim de medição, asseverando que as quantidades constantes no referido documento foram efetivamente executadas, em conformidade com os documentos técnicos, disponibilizados juntamente com o instrumento convocatório, e suas atualizações;

IV. De posse da nota fiscal, a Fiscalização atestará a despesa, encaminhando-a à Administração do TRT 13ª Região, para que seja autorizado o pagamento e posterior liquidação da despesa,

que será realizada em até 10 dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal.

10.5. Em quaisquer das devoluções por erros detectados nos elementos da medição ou na própria Nota Fiscal, cuja responsabilidade seja da CONTRATADA, o prazo para pagamento será reiniciado, sem ônus para o CONTRATANTE. Nenhum pagamento poderá ser realizado sem a devida apresentação da documentação de quitação relativa ao INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL e à CNDT;

10.6. A primeira medição deverá obrigatoriamente ocorrer 30 (trinta) dias após a expedição da Ordem de Serviço;

10.7. Nenhum pagamento efetuado pelo CONTRATANTE, a qualquer etapa da obra, isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades contratuais, tampouco implicará aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente, respondendo a CONTRATADA por quaisquer imperfeições e incorreções porventura não detectadas à época do ateste das notas ou ainda, pelo efeito retardado destas, surgido a posteriori;

10.8. A última fatura de serviços não poderá trazer valores pecuniários inferiores ao percentual correspondente a 15,0% (quinze por cento) do preço global do Contrato. O pagamento da última fatura fica vinculado ao recebimento definitivo dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo, conforme discriminado no Termo de Referência;

10.9. Todas as despesas associadas às regras de medição e pagamento no Termo de Referência definidas deverão ser levadas em consideração na elaboração da proposta de preço da licitante, especialmente no que diz respeito à construção do seu BDI. Não cabe quaisquer alegações futuras, durante a execução do contrato, de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sob a fundamentação de que tais despesas não faziam parte da proposta apresentada;

10.10. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

10.11. Será efetuada por este Tribunal a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

10.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = TX/100/365 \quad e \quad EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.13. A CONTRATADA que der ensejo ao atraso no envio das informações à Receita Federal pelo Tribunal, em virtude de não cumprir as obrigações relativas ao cadastro e envio de documentos, na forma deste contrato, será responsabilizada por eventuais multas administrativas que vierem a ser aplicadas pela Receita Federal do Brasil;

10.14. A CONTRATADA, pessoa física ou jurídica que, residente ou domiciliada no País ou no exterior, realizar operações com bens ou com serviços, inclusive exportações e importações, deverá emitir documento fiscal eletrônico, para os fins estabelecidos na Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

10.14.1. Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, a CONTRATADA deverá utilizar o sistema adotado no município onde é

domiciliada, cabendo, em caso de impossibilidade ou de ausência de inscrição municipal, utilizar o link: <https://www.gov.br/nfse/pt-br>.

CLÁUSULA ONZE – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO LOCAL DE EXECUÇÃO

11.1. Os serviços executados estão definidos e especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico TRT nº 900XX/2026, inclusive seus anexos, e deverão obedecer rigorosamente, no que couber, às boas técnicas adotadas usualmente na engenharia, em estrita consonância com as normas técnicas em vigor, expedidas pela ABNT.

11.2. Fazem parte integrante deste contrato o Edital e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA, os quais esta deverá seguir rigorosamente, sem prejuízo das Normas Técnicas vigentes. As dúvidas ou conflitos entre o Termo de Referência e as especificações serão dirimidas pela FISCALIZAÇÃO.

11.3. Os serviços serão executados no seguinte endereço: Fórum Maximiano Figueiredo, Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1.440, João Agripino, João Pessoa-PB, CEP: 58.034-045.

CLÁUSULA DOZE – DAS GARANTIAS

12.1. Com vistas a propiciar maior segurança à Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive indenização a terceiros e liquidação de multas convencionais porventura aplicadas à CONTRATADA por falhas a ela associadas durante a execução dos serviços, a licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente GARANTIA:

- a) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato e antes do início dos serviços, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando se tratar das modalidades previstas nos incisos I, III e IV do §1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;
- b) no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, para a prestação

da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do §1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;

12.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias;

12.2.1. Aplicam-se os prazos previstos nas alíneas “a” e “b” do item 4.4.1 do Termo de Referência, quando aplicável a presente garantia;

12.3. Em nenhuma hipótese será aceita garantia que vede a possibilidade de que esta responda por eventuais multas que venham a ser aplicadas à CONTRATADA, bem como pelo pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros;

12.4. A CONTRATADA se obriga a manter esta garantia durante toda a vigência do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei n.º 14.133/2021;

12.5. Em se tratando de caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida junto à instituição financeira oficial em conta remunerada específica, que somente poderá ser movimentada por ordem expressa do CONTRATANTE. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a CONTRATADA deverá protocolizá-la junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, localizado na cidade de João Pessoa – PB;

12.6. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, condicionado à perfeita execução das obras e mediante assinatura do referido Termo;

12.7. Caso o recebimento definitivo se prolongue além do prazo estabelecido neste instrumento, por ação ou omissão da CONTRATADA, essa garantia deverá também ser reforçada;

12.8. A garantia terá o seu valor atualizado nas mesmas condições do Contrato a ser firmado, ficando a CONTRATADA obrigada a complementar a diferença que decorrer dessa atualização ou da sua utilização em pagamento de qualquer obrigação, até o limite mencionado no item 4.4.1 do Termo de

Referência, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data em que for notificada pelo CONTRATANTE;

12.9. Caso ocorra aditivo contratual que incida aumento do valor contratado, sobre tal acréscimo deverá ser reforçada;

12.10. Prioritariamente, nos casos de eventual infração cometida na execução do contrato pela CONTRATADA: (i) proceder-se-á desconto dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à empresa contratada e, caso sejam estes inferiores ao valor da multa devida, (ii) proceder-se-á tal desconto, da garantia inicialmente ofertada pela empresa contratada.

CLÁUSULA TREZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de não estarem os serviços sendo conduzidos de acordo com tudo quanto definido no Termo de Referência, projetos, detalhes, especificações e instruções da fiscalização, ou ainda em relação às regras da ABNT, poderá o Tribunal, além das sanções previstas no Contrato, solicitar a correção dos serviços, devendo ser realizado às expensas da CONTRATADA.

13.2. A inexecução parcial ou total do objeto, torna possível a aplicação das sanções conforme listado a seguir:

13.2.1. Advertência, quando ultrapassado o prazo de 5 (cinco) dias para início dos trabalhos e descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Edital;

13.2.2. Multa de 1%, quando, de forma injustificada, a CONTRATADA não comparecer a uma das duas reuniões agendadas pelo Coordenador do Projeto ou Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

13.2.3. Multa de 3% sobre o valor total do contrato:

- a) Quando houver atraso injustificado em assinar o contrato;
- b) Quando ultrapassarem 10 dias do prazo final de execução dos trabalhos sem justificativa aceita;

13.2.4. Multa de 5% sobre o valor total do contrato:

a) Quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias após a ciência da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE;

b) Quando ultrapassarem 20 dias do prazo final de execução dos trabalhos sem justificativa aceita;

13.2.5. Impedimento de licitar e contratar (Inciso III, Art. 156, Lei nº 14.133/2021) – de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRT da 13ª Região no caso de inexecução parcial do Contrato;

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (Inciso IV, Art. 156, Lei nº 14.133/2021):

a) quando tiver sofrido condenação definitiva por ter participado praticado fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

b) quando tiver apresentado qualquer documento falsificado com o objetivo de participar da licitação ou comprovar sua habilitação;

c) quando tiver cometido ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do TRT 13ª Região, após a assinatura do Contrato;

d) pela inexecução total do objeto.

13.2.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Da penalidade aplicada caberá recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso, por escrito, nos termos dos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINZE – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1. A CONTRATADA declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial da contratação celebrada enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou Regulamento, de acordo com os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021;

17.1.1. As penalidades aplicáveis não elidem outras sanções previstas neste contrato;

17.2. A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

17.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, para que possa se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DEZOITO – DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES

18.1. O objeto do Contrato oriundo da licitação proveniente deste instrumento poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre através de Termo Aditivo, nas mesmas condições contratuais, inclusive para acréscimos e/ou supressões dos serviços até o limite legal.

18.2. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado (13/04/2026), com base na variação acumulada nos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilização Interna (INCC-DI).

CLÁUSULA DEZENOVE – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia deste contrato e de seus aditamentos, se houver, e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos dos artigos 91 e 94 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA VINTE – DAS COMUNICAÇÕES

20.1. As comunicações entre as partes contratantes dar-se-ão por meio dos e-mails institucionais do TRT13 e da empresa. Desta, o endereço eletrônico será aquele informado por ocasião da contratação. Por meio desse canal, a simples comunicação no corpo do e-mail se constitui como comunicação oficial e, claro, ofícios ou notificações anexas também.

20.2. Os formatos de comunicações, sem prejuízo das demais por e-mail, são indicadas no Quadro 2 do Termo de Referência, que independente de transcrição, é parte deste Contrato.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA VINCULAÇÃO

21.1. Este Contrato está plenamente vinculado ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico TRT nº 900XX/2026, e demais documentos anexos.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição;

22.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento;

22.3. Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada;

22.4. O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes;

22.5. As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal;

22.6. Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público;

22.7. As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem;

22.8. A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste;

22.9. Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA

MAIOR OU OMISSOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Tal como prescrito na lei, o CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

23.2. A Administração do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

23.3. Para os casos previstos no caput desta cláusula, o CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

23.4. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

23.5. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

23.6. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a CONTRATADA fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

23.7. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

23.8. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, assim, por estarem ajustados e acordados, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

Diretor-Geral

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA